

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	14
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	15
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	16
Demonstração de Valor Adicionado	17
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	68
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596.762
Preferenciais	0
Total	2.964.596.762
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	14/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	23/04/2015	Ordinária		0,02081

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	12.083.092	12.418.434	11.330.107
1.01	Ativo Circulante	4.688.050	5.730.271	6.017.764
1.01.01	Disponibilidades	37.685	50.478	56.554
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	421.876	548.627	1.206.875
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	309.995	337.998	964.997
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	148.148	246.896	278.145
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-36.267	-36.267	-36.267
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.472.960	2.602.573	2.929.198
1.01.03.01	Carteira Própria	1.372.793	2.291.840	2.893.105
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	100.167	310.733	34.130
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	0	0	1.963
1.01.04	Relações Interfinanceiras	250.509	355.318	368.777
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.381	3.306	5.340
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	249.105	352.001	363.259
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	23	11	178
1.01.05	Relações Interdependências	1.154	510	2.055
1.01.06	Operações de Crédito	2.207.648	1.833.178	1.235.588
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	152.155	221.543	33.676
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	2.194.719	1.667.793	1.249.265
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-139.226	-56.158	-47.353
1.01.08	Outros Créditos	295.284	339.005	217.264
1.01.08.01	Carteira de Cambio	48.394	27.444	28.013
1.01.08.02	Rendas a Receber	59.783	56.623	52.687
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	230	958	1.239
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	46.824	44.748	42.348
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	1.244	29.100	14.511
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	11.576	18.236	22.291
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	106.512	109.178	60.419

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	14	25	39
1.01.08.09	Diversos	20.855	57.588	9.282
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-225	-4.914	-13.571
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	77	19	6
1.01.09	Outros Valores e Bens	934	582	1.453
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.587	1.158	1.033
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-670	-670	-163
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	17	94	583
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.120.436	6.428.777	5.065.445
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.578.585	4.242.330	3.061.250
1.02.02.01	Carteira Própria	4.556.683	4.163.593	3.048.243
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	21.902	78.737	13.007
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.549.036	1.288.400	1.135.695
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	248.711	266.323	469.356
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.339.234	1.044.835	690.074
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-38.909	-22.758	-23.735
1.02.07	Outros Créditos	980.246	885.478	855.931
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	958.284	885.070	832.404
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	257	408	1.823
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	21.705	0	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	0	0	-1
1.03	Ativo Permanente	274.606	259.386	246.898
1.03.01	Investimentos	267	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	158.600	150.332	125.693

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.03.02.01	Imóveis de Uso	56.685	52.178	47.421
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	193.532	179.332	150.151
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029	48.045
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-139.646	-129.207	-119.924
1.03.04	Intangível	115.739	108.787	120.938
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	208.132	185.969	183.596
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-92.393	-77.182	-62.658
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	0	41.035	41.035
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	0	-41.035	-41.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	12.083.092	12.418.434	11.330.107
2.01	Passivo Circulante	6.201.464	6.918.786	7.422.104
2.01.01	Depósitos	2.827.047	2.808.997	3.070.392
2.01.01.01	Depósitos à Vista	650.074	736.098	760.781
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	548.738	586.661	548.813
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	15.495	22.830	18.634
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.612.740	1.463.408	1.742.164
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	100.045	310.128	34.002
2.01.02.01	Carteira Própria	100.045	310.128	34.002
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	271.989	0	0
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	271.989	0	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	31	2.104	2.739
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	31	2.104	2.739
2.01.05	Relações Interdependências	3.240	549	2.623
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	3.229	410	2.539
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	11	139	84
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	46.939	37.268	32.247
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	46.939	37.268	32.247
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	125.476	96.874	92.993
2.01.07.01	Tesouro Nacional	34.320	34.399	36.793
2.01.07.02	BNDES	48.722	37.085	34.712
2.01.07.04	Finame	42.270	25.301	21.488
2.01.07.05	Finep	164	89	0
2.01.09	Outras Obrigações	2.826.697	3.662.866	4.187.108
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	2.023	1.849	543
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.620	232	204
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	89.201	75.557	65.014
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	174.851	114.551	43.328

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	48	384	4
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	1.681.488	2.794.206	3.488.328
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	81.406	69.680	67.751
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	514.740	384.296	333.727
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	32.219	30.102	884
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	50.835	55.592	58.871
2.01.09.11	Cheques Administrativos	26.120	11.109	7.582
2.01.09.12	Credores Diversos	35.752	35.170	30.433
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	11	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	50.824	90.127	90.428
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	85.559	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.957.470	3.788.056	2.283.009
2.02.01	Depósitos	250.667	384.032	168.186
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	248.682	384.032	168.186
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	1.985	0	0
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	610.067	526.659	428.648
2.02.07.01	Tesouro Nacional	1.629	9.026	9.537
2.02.07.02	BNDES	414.826	339.816	282.176
2.02.07.04	Finame	192.083	176.966	136.935
2.02.07.05	Finep	1.529	851	0
2.02.09	Outras Obrigações	3.096.736	2.877.365	1.686.175
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	7.547	8.263	10.238
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	244.584	145.819	94.253
2.02.09.03	Passivos Atuariais	509.756	442.988	373.450
2.02.09.04	Diversas	1.334.850	1.277.276	1.208.234
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	1.003.019	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.924.158	1.711.592	1.624.994
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252	1.219.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252	1.219.669
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	24.348	25.230	26.174
2.05.03.01	Ativos Próprios	24.348	25.230	26.174
2.05.04	Reservas de Lucro	764.243	609.354	899.872
2.05.04.01	Legal	114.472	102.024	92.708
2.05.04.02	Estatutária	649.771	507.330	807.164
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-489.938	-548.497	-522.974

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.451.082	1.107.076	892.815
3.01.01	Operações de Crédito	560.522	368.669	291.687
3.01.02	Res. Oper. Títulos e Valores Mobiliários	880.607	728.729	598.663
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-4.327	50	0
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	14.280	8.947	2.282
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	0	681	183
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-896.218	-686.844	-572.028
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-301.046	-253.967	-169.194
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-441.455	-378.224	-325.188
3.02.03	Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	-153.717	-54.653	-77.646
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	554.864	420.232	320.787
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-111.222	-132.393	-153.053
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	773.716	573.278	515.598
3.04.02	Despesas de Pessoal	-568.772	-455.985	-421.580
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-272.036	-250.743	-253.513
3.04.04	Despesas Tributárias	-103.860	-78.044	-67.547
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	658.167	576.496	660.633
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-598.437	-497.395	-586.644
3.05	Resultado Operacional	443.642	287.839	167.734
3.06	Resultado Não Operacional	4.323	7.493	3.461
3.06.01	Receitas	4.509	8.362	4.157
3.06.02	Despesas	-186	-869	-696
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	447.965	295.332	171.195
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-272.482	-177.750	-106.014
3.09	IR Diferido	97.205	83.460	132.903
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-23.720	-17.742	-15.586
3.10.01	Participações	-23.720	-17.742	-15.586
3.10.01.01	Participações Estatutárias no Lucro	-23.720	-17.742	-15.586

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	248.968	183.300	182.498
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,08398	0,06183	0,06156

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	248.968	183.300	182.498
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59.441	-24.810	-488.286
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	82.944	-42.764	-662.681
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	1.492	1.574	1.557
4.02.03	IR e CSLLsobre Outros Lucros Abrangentes	-24.995	16.380	172.838
4.03	Resultado Abrangente do Período	308.409	158.490	-305.788

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	123.322	-1.727.636	772.351
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.000.657	667.540	588.953
6.01.01.01	Lucro Líquido	248.968	183.300	182.498
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	32.216	29.403	28.499
6.01.01.05	Provisão p/ oper. crédito e outros créditos	153.792	54.710	77.658
6.01.01.08	Resultado com variação cambial	-1.684	-8.881	3.068
6.01.01.09	Ganhos de Capital	-524	-827	-831
6.01.01.11	Despesas de provisões p/ passivos contingentes	379.953	242.873	208.272
6.01.01.12	Despesas de provisões p/ riscos do FNO	284.648	251.827	248.114
6.01.01.13	Despesas de provisões p/ outros ativos atuariais	0	0	155.969
6.01.01.14	Reversão de prov. p/oper.cred.e outros créditos	-75	-57	-12
6.01.01.15	Reversão de outras provisões operacionais	-63	-2.914	-176.592
6.01.01.16	Reversão de outras prov. operac.- Aplic.Dep.Interf.	0	0	-4.787
6.01.01.17	Reversão de provisões de TVM	0	-353	0
6.01.01.18	Baixa do Intangível	625	1.413	0
6.01.01.19	IR e CS Diferidos	-97.205	-83.460	-132.903
6.01.01.20	Provisão para bens não de uso	6	506	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-877.335	-2.395.176	183.398
6.01.02.01	(Aumento)/redução em TVM p/ negociação	900.324	-1.067.244	47.370
6.01.02.02	Redução/(aumento) em outros val.e bens	-118	365	125
6.01.02.03	(Aumento)/redução em aplicações interf. de liquidez	98.748	31.249	91.907
6.01.02.04	Redução em relações interf. interdependencias	104.782	15.004	-52.198
6.01.02.05	(Aumento) em operações crédito	-788.748	-800.234	-195.848
6.01.02.06	(Aumento)/Redução em outros créditos	59.228	-56.492	-93.438
6.01.02.09	Redução em depósitos	-115.315	-45.549	722.330
6.01.02.10	Aumento em obrigações empr.repasse	121.681	106.913	-68.449
6.01.02.11	Aumento em captações merc.aberto	61.906	276.126	10.508
6.01.02.12	Redução em outras obrigações	-1.182.812	-756.855	-185.738

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.13	IR e CS pagos	-137.011	-98.459	-93.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-158.670	169.485	-621.001
6.02.01	Redução em TVM disponíveis p/venda	277.377	193.359	-578.984
6.02.02	(Aumento) em TVM mantidos até o vencto.	-387.746	19.430	10.614
6.02.03	Adição de Bens não de uso	-239	0	0
6.02.04	Alienação de Bens não de uso	0	0	224
6.02.05	Adição em imobilizado de uso	-25.674	-41.449	-23.204
6.02.06	Alienação do imobilizado de uso	500	1.934	175
6.02.08	Aplicação do Intangível	-22.888	-3.789	-29.826
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.448	925.076	-66.175
6.03.01	Juros s/ capital próprio pagos	-86.510	-60.009	-66.175
6.03.02	Instrumentos de dívida elegíveis a capital - autorizado	81.062	985.085	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-40.796	-633.075	85.175
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	388.476	1.021.551	936.376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	347.680	388.476	1.021.551

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	1.711.592
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	1.711.592
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	248.968	0	248.968
5.05	Destinações	0	0	0	154.889	-249.850	0	-94.961
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-94.961	0	-94.961
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	154.889	-154.889	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	58.559	58.559
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3.405	-3.405
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	61.964	61.964
5.12	Outros	0	0	-882	0	882	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de reavaliação	0	0	-1.492	0	1.492	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	610	0	-610	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	183.300	0	183.300
5.05	Destinações	0	0	0	113.065	-184.244	0	-71.179
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-71.179	0	-71.179
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	113.065	-113.065	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	113.065	-113.065	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-25.523	-25.523
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.809	-1.809
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-23.714	-23.714
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	403.583	0	0	-403.583	0	0	0
5.08.01	Homologação do Aumento de Capital	403.583	0	0	-403.583	0	0	0
5.12	Outros	0	0	-944	0	944	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de reavaliação	0	0	-1.574	0	1.574	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição sobre Reserva de Reavaliação	0	0	630	0	-630	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	1.711.592

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-743	-33.754	1.982.964
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	-476.916	-476.916
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-743	-510.670	1.506.048
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	182.498	0	182.498
5.05	Destinações	0	0	0	134.092	-182.690	0	-48.598
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-48.598	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	134.092	-134.092	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	134.092	-134.092	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-12.304	-12.304
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-12.304	-12.304
5.12	Outros	0	0	-3.585	0	935	0	-2.650
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.557	0	1.557	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s Res.Reavaliação	0	0	-2.028	0	-622	0	-2.650
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	2.733.571	2.209.690	1.994.861
7.01.01	Intermediação Financeira	1.451.082	1.107.076	892.815
7.01.02	Prestação de Serviços	773.716	573.278	515.598
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-153.717	-54.653	-77.646
7.01.04	Outras	662.490	583.989	664.094
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-742.501	-632.191	-494.382
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-826.134	-707.766	-800.906
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-42.822	-38.660	-38.346
7.03.02	Serviços de Terceiros	-184.875	-171.711	-175.915
7.03.04	Outros	-598.437	-497.395	-586.645
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.164.936	869.733	699.573
7.05	Retenções	-32.216	-29.403	-28.499
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.216	-29.403	-28.499
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.132.720	840.330	671.074
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.132.720	840.330	671.074
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.132.720	840.330	671.074
7.09.01	Pessoal	503.569	396.713	367.054
7.09.01.01	Remuneração Direta	406.692	308.804	290.487
7.09.01.02	Benefícios	72.859	66.579	57.410
7.09.01.03	F.G.T.S.	24.018	21.330	19.157
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	368.060	249.348	110.770
7.09.02.01	Federais	360.019	241.837	104.668
7.09.02.02	Estaduais	46	19	16
7.09.02.03	Municipais	7.995	7.492	6.086
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.123	10.969	10.752
7.09.03.01	Aluguéis	12.123	10.969	10.752
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	248.968	183.300	182.498
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	94.961	71.179	48.598

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	154.007	112.121	133.900

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2015

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao exercício de 2015, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1. PANORAMA ECONÔMICO

A economia mundial apresentou desempenho instável e desigual em 2015. Os Estados Unidos melhoraram alguns indicadores econômicos, como a queda na taxa de desemprego, que levaram o Banco Central dos EUA (*Fed*) a iniciar o processo de elevação da taxa de juros. Para os países emergentes, essa medida trouxe impactos negativos, como fuga de capitais, desvalorização das moedas locais frente ao dólar e aumento dos custos para as empresas. A economia chinesa sofreu alguns impactos em função de ajustes em seu modelo econômico. A União Europeia e o Japão continuaram a relaxar a sua oferta de moeda para impulsionar suas economias e atingir taxas de inflação mais altas.

Internamente, a atividade doméstica apresentou recessão com desemprego, e os ajustes macroeconômicos realizados (fiscal e monetário) resultaram na elevação dos juros (a SELIC fechou o ano em aproximadamente 14,3%) e da inflação, medida pelo IPCA, que atingiu 10,7% em 2015. Dentre os fatores que contribuíram para que os níveis de preços se mantivessem em patamares tão elevados, destacam-se o aumento dos preços dos combustíveis e energia e a alta do dólar, resultado da pressão exercida pelo cenário político nacional conturbado e pelo início da alta dos juros nos EUA.

Nesse contexto, a Amazônia não apresentou cenário tão divergente das demais regiões do País, contudo, mostrou significativa melhora no saldo das exportações que, comparativamente a 2014, cresceu 20,0% e foi responsável por quase 70,0% do superávit comercial brasileiro em 2015, com destaque para as exportações das *commodities* (ferro, soja e milho, dentre outras).

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Principais Ações Estratégicas

O Banco da Amazônia tem adotado práticas e iniciativas em todos os estados da Amazônia Legal, por meio de parcerias estratégicas e ações relevantes para a Instituição, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da Região. Investiu na melhoria da eficiência de seus processos, na segurança e na produtividade dos negócios. Atuou firme na busca pela valorização e reconhecimento da marca, promovendo e participando de ações institucionais. Continuou executando políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros mais adequados, sempre na busca de melhor atender as expectativas dos clientes, acionistas e a sociedade, ratificando seu papel de agente do Governo Federal e parceiro no desenvolvimento sustentável da Região Norte.

Com a implantação do Sistema de Controles Internos (SCI), o Banco deu mais um passo na direção de aprimorar seus processos e controles, visando a assegurar maior eficiência e eficácia de seus negócios. O grande desafio a partir de agora é multiplicar a cultura de controles internos por toda a organização, tarefa que se encontra em andamento sob a coordenação da Diretoria de Controle e Risco com o apoio do Conselho Diretor e de Administração.

Com intuito de promover a marca “Banco da Amazônia”, assim como a relação da instituição com seus colaboradores, clientes, parceiros e sociedade, foi lançada a campanha “Somos Movidos pelo Otimismo, Somos movidos por você”. A ideia é, não obstante o cenário desafiador que se apresenta para 2016, transmitir por meio de vários canais de comunicação, uma mensagem de otimismo e estímulo ao trabalho, visando atingir os objetivos e metas estabelecidos para o ano que se inicia.

Programa Supera Mais 2015 – “Vamos juntos construir um Banco cada vez mais forte e competitivo!”

O Programa Supera Mais é o instrumento de avaliação de desempenho, que objetiva alinhar as ações das unidades e mensurar sua eficácia no cumprimento das metas e objetivos estratégicos, sendo composto das seguintes perspectivas: “Mais Resultados”; “Mais Negócios”; “Mais Controles”; “Programas de Governo”; “Mais Clientes”; e “Bônus Estratégico”. Em 2015, destacaram-se os seguintes indicadores:

- **Mais Clientes:** foram captados, no ano, 41.636 novos clientes, um aumento de 182,4% na comparação com o exercício de 2014 (22.824 clientes);
- **Fomento Liberado:** crescimento de 10,5% atingindo R\$5.795,5 milhões (R\$5.244,7 milhões em 2014);
- **Captção de Recursos:** o Banco passou a operar em março de 2015 o produto Letra de Crédito Produtor Rural (LCA), fechando o exercício com saldo de R\$272,0 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

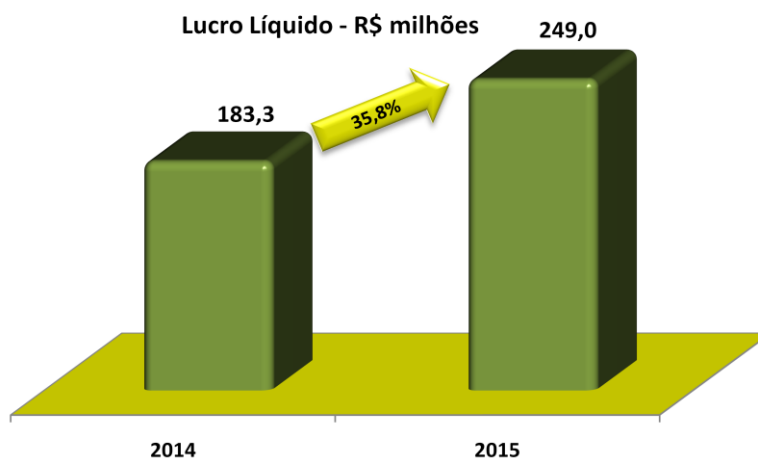
Relatório da Administração – Exercício 2015



3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Resultado

O Banco da Amazônia apresentou no exercício de 2015, lucro líquido de R\$249,0 milhões, registrando crescimento de 35,8% em relação a 2014 (R\$183,3 milhões *).



(*) reclassificado

3.2. Resultado Operacional

O Resultado Operacional evoluiu em 54,1%, passando de R\$287,8 milhões (*) para R\$443,6 milhões, fruto das ações estratégicas do Banco que potencializaram as receitas, especialmente as de intermediação financeira, destacando-se:

- Elevação das Receitas de Operações de Crédito em 52,0%;
- Evolução do resultado com Títulos e Valores Mobiliários de 20,8%;
- Aumento das Receitas de Prestação de Serviços em 45,2%;



(*) reclassificado

3.3. Crédito de Fomento

As ações do Programa “Supera Mais” permitiram, no ano de 2015, que o volume liberado para o crédito de fomento alcançasse o patamar dos R\$5.795,5 milhões, superando em 10,5% o desempenho do ano de 2014 (R\$5.244,7 milhões). O programa teve como principal fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujo volume atingiu R\$5.068,4 milhões, ultrapassando em 12,0% o volume liberado em 2014 (R\$4.526,2 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



3.4. Crédito para Micro e Pequenas Empresas (MPes)

Em alinhamento com as diretrizes governamentais e consolidando sua participação no segmento das micro e pequenas empresas (MPE), por intermédio de programas especiais de financiamento, o Banco em parceria com o SEBRAE, realiza ações integradas, disponibilizando crédito a uma clientela qualificada, que passa por treinamentos em gestão, finanças, planejamento estratégico, *marketing* e inovação. No exercício de 2015, foram contratadas 3.433 operações de financiamento a micro e pequenas empresas, no montante de R\$573,5 milhões, cumprindo o percentual de 81,9% da meta projetada de R\$700,0 milhões, e inferior em 39,0% em relação ao aplicado em 2014 (R\$940,9 milhões).

3.5. Crédito para Microempreendedores Individuais (MEI)

A atuação do Banco junto aos microempreendedores individuais vem avançando de forma significativa com a prospecção de novos clientes, contribuindo diretamente com a formalização dos pequenos negócios na Amazônia. Em 2015, o montante aplicado foi de R\$13,5 milhões, contra R\$11,1 milhões em 2014, aumento de 21,6%.

3.6. Microcrédito Produtivo Orientado – Programa AMAZÔNIA FLORESCER

O Programa Amazônia Florescer, alinhado ao Programa Crescer do Governo Federal, atende de forma ágil e simplificada aos pequenos negócios, tanto na área urbana (microempreendedores informais e formais com renda bruta anual de até R\$120 mil), quanto na zona rural (agricultores familiares enquadrados no microcrédito produtivo rural do PRONAF).

No microcrédito urbano, em 2015, foram atendidos 40.421 clientes (39.403 em 2014) e crédito aplicado no valor de R\$79,3 milhões, representando um aumento de 15,4% em relação a 2014 (R\$68,7 milhões). Com relação ao microcrédito rural, o atendimento chegou a 3.629 agricultores familiares (5.556 em 2014) e volume de aplicação da ordem de R\$12,4 milhões (R\$18,0 milhões em 2014).

3.7. Crédito para a Agricultura Familiar

O Banco vem superando continuamente a meta de contratação estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a Agricultura Familiar. No ano em que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) completou 20 anos, o Banco comemorou mais um recorde na aplicação dos recursos do Plano Safra, referente ao período 2014/2015, finalizado em 30 de junho de 2015. Foram aplicados R\$736,2 milhões com base na meta de R\$700,0 milhões, sendo realizadas 27.726 operações. No Plano Safra 2015/2016, foram aplicados R\$306,6 milhões, com a contratação de 10.165 operações até dezembro de 2015.

Por intermédio do PRONAF, o Banco vem atuando de forma expressiva para o desenvolvimento do setor no cenário regional, financiando projetos que atendem aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social, cultural e política.

No ano de 2015, foram aplicados R\$668,9 milhões com base na meta de R\$630,0 milhões, com a realização de 21.904 operações. Em relação ao mesmo período de 2014, em que foram aplicados R\$714,3 milhões, com a efetivação de 34.775 operações, teve retração de 6,3% na aplicação.

3.8. FNO ABC e FNO-Biodiversidade

O Banco da Amazônia, no exercício de 2015, financiou projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas no valor de R\$99,7 milhões por meio do Programa FNO- Biodiversidade, representando 71,1% do resultado obtido no exercício anterior de R\$140,2 milhões. O Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foi criado em 2015 e recebeu investimentos de R\$176,5 milhões nos projetos agropecuários e florestais para redução da emissão de gases de efeito estufa na Região.

3.9. Cultura Regional

Com o Programa “Amazônia Mais Cultura”, alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias da Instituição, o Banco financiou, no exercício de 2015, R\$41,8 milhões (R\$56,3 milhões em 2014), em apoio às atividades culturais da Amazônia.

3.10. Turismo em Bases Sustentáveis

Tendo a percepção do potencial turístico da Região Amazônica, bem como dos desafios que podem ser transformados em reais oportunidades de negócios, o Banco elabora anualmente o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, cujo macroobjetivo consiste em desenvolver e aperfeiçoar produtos financeiros e serviços bancários adequando-os às especificidades dos empreendimentos e da Região, para alavancar negócios na atividade turística e contribuir para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, mantendo alinhamento com as políticas, planos, programas e prioridades de governo para a Amazônia.

No exercício de 2015, os financiamentos em apoio ao turismo regional sustentável atingiram o valor de R\$105,1 milhões (R\$163,1 milhões em 2014).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



3.11. FNO – Amazônia Sustentável

O Programa contribui para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, atendendo a empreendimentos rurais e não rurais, através das linhas de financiamento das atividades produtivas da Região.

No exercício de 2015, foram contratadas 5.161 operações, no total de R\$2.652,4 milhões (5.981 operações, no total de R\$3.912,4 milhões em 2014), contemplando atividades de agropecuária, inclusive irrigada, comércio e serviços, construção civil, indústria de transformação e turismo.

3.12. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Desde o lançamento do PAC, em 2007, o Banco tem contribuído com a iniciativa do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados no âmbito do PAC contemplam, sobretudo, setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

De 2007 a 2015, foram contratados 45 projetos infraestruturantes no âmbito do PAC, no total de R\$7.378,0 milhões, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2015, o valor contratado de R\$189,3 milhões, superou o realizado em 2014 (R\$187,5 milhões).

3.13. Crédito Comercial

O saldo médio da carteira comercial encerrou o ano de 2015 com R\$1.754,8 milhões, representando um aumento de 33,5% em relação a 2014 (R\$1.314,3 milhões), com destaque para as linhas voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

3.14. Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

A carteira TVM está composta por 74,1% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e 25,9% por títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures).

Em 2015, o resultado com TVM atingiu R\$880,6 milhões, contra R\$728,7 milhões em 2014, resultando em um crescimento de 20,8%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$770,4 milhões (R\$609,0 milhões em 2014), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$101,2 milhões (R\$127,4 milhões em 2014). O saldo médio da carteira registrado em 2015 foi de R\$5.949,0 milhões, 1,9% superior ao registrado em 2014 (R\$5.836,5 milhões).

3.15. Captação de Recursos

✓ Depósitos

Em 2015, a carteira de depósitos encerrou com saldo médio de R\$3.232,3 milhões (R\$3.349,1 milhões em 2014), com destaque para o crescimento dos depósitos a vista de R\$719,7 milhões para R\$730,6 milhões.

✓ LCA

O Banco começou a operar, a partir de março/2015, com a “Letra de Crédito Produtor Rural” (LCA), e apresentou no final do exercício, saldo médio de R\$103,4 milhões.

✓ Empréstimos e Repasses

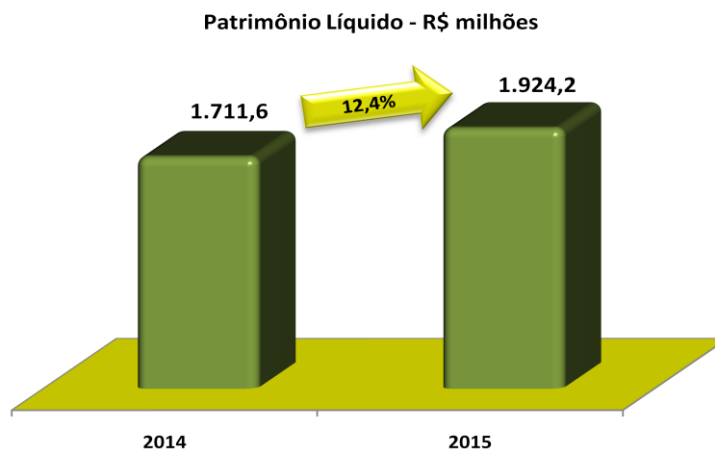
Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/FINAME e FDA, passando, em média, de R\$597,5 milhões em 2014 para R\$743,0 milhões em 2015.

4. Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2015, com Patrimônio Líquido de R\$1.924,2 milhões, superior em 12,4% em relação a 2014 (R\$1.711,6 milhões*).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



(*) reclassificado

5. Índice da Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2015 encerrou com índice de 17,6% (17,5% em 2014).

6. GESTÃO DE RISCOS

O Banco da Amazônia possui políticas de gestão de riscos que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado e liquidez, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, o Banco conta com sistemas e equipe dedicada, com objetivo de adequar sua estrutura para a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados.

Alinhado aos princípios do Acordo de Basileia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de riscos permeia todas as unidades gerenciadoras de processos/riscos, e tem como objetivo gerir os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos. O Banco considera fundamental o gerenciamento de riscos e de capital para o processo de tomada de decisões, porque proporciona maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação risco versus retorno.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco – Pilar 3, no *website* do Banco da Amazônia: www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores.

7. REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia recebeu do Banco Central a autorização para abrir novos postos de atendimento, ponto importante da estratégia de ampliação da capilaridade da rede, aspecto fundamental para tornar o Banco ainda mais competitivo. Com essa autorização, o Banco, na condição de agente financeiro do Governo Federal, alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), poderá promover o desenvolvimento de municípios considerados de “baixa renda” ou “estagnados”, vislumbrando que no futuro o município poderá crescer e gerar retornos significativos, cumprindo sua missão de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros. Atualmente, o Banco possui 155 pontos de atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia adota como política as boas práticas de governança corporativa, convertendo princípios de transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, em ações objetivas com seu público interno e externo, disseminando a boa prática de governança e os seus benefícios para a empresa.

A Assembleia Geral é o órgão soberano da companhia. O Conselho de Administração é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral. Ressalta-se que o Presidente do Banco é parte integrante do Conselho de Administração, contudo, não é o Presidente do Conselho.

Em novembro de 2015, assumiu a Presidência do Banco o senhor Marivaldo Gonçalves de Melo, que ocupava a função de Superintendente Regional do estado do Tocantins.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



O Conselho Fiscal atua de forma permanente na fiscalização da gestão verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários. Subordinado ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria atua assessorando-o em suas atribuições.

A Comissão de Ética, constituída por empregados nomeados pela Administração do Banco e eleitos pelo próprio funcionalismo, opera com diretrizes pautadas no Código de Ética da Instituição, que contém os padrões de condutas profissionais exigidos de seus administradores, empregados e contratados, estabelecendo deveres e vedações de acordo com os princípios da ética, da moral, da justiça e da disciplina.

Auditoria Interna

O Banco da Amazônia S/A, na forma da legislação vigente, possui unidade de Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração, denominada Secretaria Executiva de Auditoria Interna (Seaud). Sua responsabilidade é fornecer ao órgão de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comaud, etc), avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, de modo a agregar valor à gestão. Os trabalhos de auditoria são geridos de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

No desempenho de suas atribuições, a Auditoria Interna apresenta informações, sugestões e recomendações, consubstanciadas nos fatos constatados e relatados. Nos trabalhos de auditoria, os auditores designados realizam desde o planejamento até o acompanhamento das correções e confrontam uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou normativo.

A Auditoria Interna utiliza a aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, tendo como finalidades fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes e a cidadãos, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. Em 2015 foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 63 demandas (101 em 2014), atendidas dentro do prazo. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 65 registros (68 em 2014). Por intermédio do Sistema Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda foram recebidos dois registros de solicitações e um de reclamação. Em comparação a 2014, destaca-se a redução de 72,8% nos registros de reclamações e de 9,8% nos registros de denúncias.

Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco da Amazônia é formado pelo conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Administração e por todos os empregados para assegurar a eficiência e eficácia para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, controlar os riscos existentes e garantir a efetividade da operacionalização das atividades em todos os seus níveis. A redefinição dos papéis das unidades integrantes do sistema de controles internos visa ao realinhamento das responsabilidades atribuídas às camadas de controle. A verificação de conformidade baseia-se em normas e regulamentos e busca identificar possíveis desvios, que ensejam a adoção de medidas corretivas. O resultado dessas verificações é utilizado para classificação (*rating*) das unidades de rede de agências para se avaliar o nível de conformidade na operacionalização dos processos avaliados, servindo também como instrumento de gestão e aprimoramento das metodologias de mensuração de conformidade.

O processo de validação de modelos de riscos é de responsabilidade da Diretoria de Controle e Risco e tem como objetivo demonstrar a adequação e aderência dos modelos utilizados ao perfil de risco da Instituição. Na validação, os modelos são submetidos à análise crítica de dados com objetivo de se avaliar qualitativa e quantitativamente a abrangência, a consistência, a integridade e a confiabilidade dos modelos de riscos por meio da realização de testes de relevância e estabilidade quanto a sua predição e coerência. A implementação desta sistemática contribui para a melhoria do processo de gestão de riscos no Banco da Amazônia, o que permite a alocação mais eficiente do capital regulatório.

9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Em 2015, foram implantados novos serviços para ampliar a segurança de operações nos terminais de autoatendimento (TAA) e canais remotos, além de novos sistemas administrativos que contribuíram para a evolução dos procedimentos tornando os processos internos mais ágeis.

Dentre os diversos produtos/serviços disponibilizados, podem ser citados: a implantação do “Domicílio Bancário”; a disponibilização da funcionalidade para contratação de empréstimos para Pessoa Física no *Internet Banking* e nos TAA; criação de canal de atendimento bancário para dispositivos móveis (*mobile bank*); substituição dos cartões com tarja magnética para cartões com *chip*, em alinhamento às boas práticas de segurança do mercado, o que proporcionou a redução de fraudes eletrônicas além de contribuir para o aumento de 52,7% das transações eletrônicas com cartão (1.370.417 transações em 2015 contra 897.331 em 2014).

O Banco implantou novos serviços bancários na rede do Banco 24h (TECBAN), como pagamentos, transferências e saques em contas poupanças, entre outras operações disponíveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



Foram realizados investimentos para a ampliação e melhoria da infraestrutura de TI, tais como: a implantação de nova rede de intercomunicação entre as unidades de negócios, triplicando a velocidade da troca de dados; atualização e incremento de capacidade dos equipamentos de armazenamento de dados do *datacenter (storage)*; substituição dos servidores das agências e instalação de equipamentos com maior poder computacional; aquisição e instalação de novos TAA; instalação de dispositivos com leitor de cartão com *chip (PIN PAD)* nos terminais de caixa das agências do Banco; implantação da tecnologia de telepresença integrando a matriz às demais unidades; desenvolvimento do projeto nova plataforma de cobrança. Esse projeto tem a finalidade de integrar o Banco da Amazônia às demais instituições financeiras, através da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), possibilitando a troca de informações de beneficiários de cobrança registrada, a identificação de fraudes, por meio de mecanismos operacionais, a fim de mitigar tais ocorrências.

Alinhado ao planejamento estratégico do Banco, foi revisado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o período 2016-2019, o qual se encontra em fase de aprovação.

10. OUTROS DESTAQUES

Programa de Apoio a Pesquisa

O Banco da Amazônia apoia financeiramente instituições e universidades da Região para a elaboração de projetos relacionados com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e atividades de pesquisa científica e tecnológica, que contemplem ações de transferência de tecnologia com capacitação. Em 2015, o Banco da Amazônia lançou o edital de seleção pública de projetos de pesquisa e foram contemplados 19 projetos, no valor total de R\$2,0 milhões. Até o final do ano, houve a contratação de oito projetos de pesquisa, com recursos de R\$0,4 milhões. Do início do programa até 2015, o Banco apoiou 377 pesquisas, com recursos de R\$26,6 milhões.

Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente – Edição 2015

Os “Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente” têm por objetivo identificar projetos inovadores nas áreas ambiental, econômico-tecnológica e social, além do reconhecimento de personalidades que contribuem para o desenvolvimento da Região (categoria Personalidade Amazônica). Buscam, ainda, a identificação de projetos com abordagem integrada, com potencial de transformação da realidade socioeconômica, iniciativas de suporte ao desenvolvimento regional, tendo como compromisso estimular o desenvolvimento de projetos inovadores na Amazônia Legal, e reconhecimento de empresas que contribuem para o desenvolvimento sustentável da Região.

Em 2015, a votação do Prêmio aconteceu na cidade de Porto Velho, quando foram avaliadas 277 propostas e trouxe uma novidade: a inclusão de homenagem a uma microempreendedora de sucesso, beneficiária do “Amazônia Florescer”, programa de financiamento do Banco da Amazônia voltado para microfinanças.

Planejamento Estratégico – Clientes

O Banco da Amazônia deu continuidade a sua estratégia de expandir a base e aprimorar o relacionamento com clientes com visão de aumentar o *market share*. Desenvolveu diversas ações publicitárias, destacando-se a atuação nas redes sociais, consolidando-se como o quarto maior banco no Brasil, em nível de engajamento no *Facebook*. Foram realizadas também diversas evoluções no sítio institucional e executadas grandes campanhas publicitárias envolvendo a divulgação de produtos e serviços (cartão de débito, *mobile banking*, crédito e programa poupança premiada) e o fortalecimento de marca por meio da campanha de final de ano intitulada “Otimismo”.

Patrocínios

O Banco investiu em patrocínios no ano de 2015, R\$2,6 milhões (R\$2,7 milhões em 2014), e desenvolveu ações nos segmentos cultural, esportivo, social, ambiental, eventos, feiras e exposições, os quais contribuíram para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, permitindo a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, além da melhoria da qualidade de vida e do acesso à inclusão social. Houve, ainda, o apoio às atividades esportivas envolvendo atletas olímpicos e paraolímpicos.

Eventos

Foram realizados diversos eventos visando à consolidação da marca do Banco e o relacionamento com clientes externos e internos, além de realização do Encontro de Projetistas.

Comunicação Corporativa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



Foram editadas em 2015 três edições da revista "Notícias em Movimento", veiculada ao público interno e externo. Também houve a divulgação de mais de 1.000 informativos internos tratando de temas relevantes para a atuação do Banco e para a Sociedade Amazônica (saúde, cultura, tecnologia, negócios, reconhecimento, dentre outros).

Guia Exame de Sustentabilidade 2015

O Banco da Amazônia participou do Guia EXAME de Sustentabilidade 2015, que analisa a atuação das empresas em diversos temas, tais como: governança da sustentabilidade, direitos humanos, relação com os fornecedores, relação com a comunidade, gestão de resíduos, gestão da biodiversidade, mudanças climáticas, relação com o cliente e transparência e combate à corrupção. A publicação é uma das principais do País no contexto da sustentabilidade e serve de referência para que cada instituição financeira avalie as suas práticas em relação ao setor financeiro como um todo.

Voluntariado

O Banco da Amazônia incentiva a prática do voluntariado e da solidariedade de seus colaboradores. Foram realizadas diversas ações corporativas em que foram arrecadados mais de 14 toneladas de alimentos não perecíveis, 25 mil itens de limpeza e 35 mil materiais de primeiros socorros, além de 8.970 brinquedos e mais de 7.000 materiais escolares que foram entregues a 25 instituições em toda a Amazônia.

11. GESTÃO DE PESSOAS

Novo modelo de gestão de pessoas

O Banco da Amazônia, em busca da valorização do seu Capital Humano, contratou a Consultoria Deloitte com o objetivo de, juntamente com o Banco, estruturar e implementar um novo modelo de Gestão de Pessoas. O trabalho está em andamento e consiste num diagnóstico externo das forças que atuam sobre o sistema de recursos humanos do Banco, bem como o levantamento do atual perfil interno. Por meio desse trabalho, será possível verificar os aspectos que precisam ser melhorados, em busca da satisfação e bem-estar dos colaboradores e, principalmente, prover o fortalecimento da Instituição, com a implementação dos seguintes subprojetos que, inclusive, estão em andamento: gestão do clima organizacional; reestruturação da Gerência de Pessoas (GEPES); estruturação dos cargos/funções; pesquisa de remuneração, carreira, movimentação e seleção interna, plano de sucessão, treinamento e desenvolvimento, dentre outros. A partir da análise destes subprojetos, será proposto novo modelo de gestão, que deverá ser desenvolvido durante o exercício de 2016.

Treinamento

No ano de 2015, foram realizadas 721 ações de treinamento com o objetivo de qualificar os empregados nas diversas áreas/ferramentas e consequentemente viabilizar condições de melhor desempenho, desde o atendimento ao cliente, em todos os seus aspectos, até chegar ao processo de crédito em si, com ênfase na melhoria da qualidade da carteira de ativos do Banco. Foram investidos R\$5,2 milhões e foram oportunizadas 12.146 participações para os empregados.

Composição do quadro de pessoal

O Banco encerrou o exercício de 2015 contando com 3.526 colaboradores (3.607 em 2014), sendo 3.195 empregados e 331 estagiários (3.152 empregados e 455 estagiários em 2014).

12. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (CAPAF)

A Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf), instituída em 04/12/1969 pelo Banco da Amazônia S.A (BASA), na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como Entidade Fechada de Previdência Complementar, tendo como objetivos:

- ✓ Instituir, administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, acessíveis aos empregados dos Patrocinadores;
- ✓ Promover, por intermédio dos planos de benefícios instituídos, administrados e executados pela entidade, o bem estar dos seus Participantes e Assistidos.

Ao longo de sua existência, o plano inicial constituído na forma de benefício definido, foi apresentando *déficits* cada vez maiores, ensejando que o Banco, na condição de patrocinador, adotasse medidas para o equilíbrio deles como:

- ✓ Assunção pelo Banco, em 1981, de todos os aposentados existentes até este ano;
- ✓ Criação, em 2000, do plano misto de benefício (MB).

Entretanto, as medidas adotadas até então não foram suficientes para o reequilíbrio do plano de benefício, assim como o plano misto também passou a apresentar *déficit*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



Novos estudos foram desenvolvidos o que resultaram, em 2013, na implantação dos planos saldados, ocasião em que 52% dos participantes aderiram, o que levou a redução na época de 25,0% do Patrimônio Líquido do Banco, face ao registro da obrigação de R\$685,3 milhões, formalizada por meio de quatro contratos.

Quanto aos planos de Benefício Definido (BD) e Misto de Benefício (MB), que abrigam os beneficiários que não aderiram ao saldamento, foi decretada pela PREVIC a liquidação deles, através das Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013. Entretanto, essa liquidação foi suspensa por decisão judicial, o que levou o Banco a retornar o repasse mensal referente à contribuição patronal e a manter o cálculo atuarial na forma definida pela Del. CVM nº 695/2012.

Com relação aos planos BD e Misto, o Banco registra 50% do *déficit* atuarial apresentado por eles e que são calculados na forma da Del. CVM nº 695/2012, sistemática que tem sido objeto de ressalva recorrente por parte da auditoria independente por entender que o Banco deveria ter provisionado a totalidade do *déficit*, contrariando o que preceituam as Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001.

Entretanto, Administração do Banco entende que as Leis Complementares em questão estabelecem responsabilidades paritárias entre patrocinador e participantes do plano de previdência complementar, no equacionamento de eventual *déficit* atuarial.

O entendimento em questão foi ratificado por parecer de juristas contratados para análise do procedimento, no qual foi evocado, além das Leis Complementares acima referidas, o art. 202 § 3º da Constituição, que limita as contribuições ordinárias das patrocinadoras de planos de benefícios a 50,0% do *déficit* existente.

Portanto, as medidas de provisionamento adotadas pelo Banco estão aderentes à legislação em vigor. É de se registrar, entretanto, que nos casos em que há decisões judiciais impondo ao Banco a obrigação integral por eventuais direitos de participantes, nestes casos específicos e na medida em que tais decisões passam a ter exigibilidade, e apenas nestes, em face da necessidade de se dar cumprimento à decisão judicial, o Banco vem promovendo o provisionamento de 100% do valor que vier a ser definido na condenação.

Em 2015, foi revisado o estoque de ações individuais existentes no Banco e na Capaf, o que originou um reforço de provisão no montante de R\$46,3 milhões.

Assim, para fazer frente aos riscos existentes nos planos BD e Misto, no final do exercício, as provisões totalizam R\$566,5 milhões e contemplam: 1) valor repassado a maior de 2001 a 2005 (R\$107,8 milhões); 2) causas judiciais classificadas pelo jurídico como de risco provável (R\$49,7 milhões); 3) registro de 50% do *déficit* do plano BD e Misto, calculado de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695/2012 (R\$342,0 milhões); e 4) penhoras de responsabilidade da Capaf que o Banco está honrando para posterior ressarcimento (R\$67,0 milhões). O montante provisionado corresponde a 84,6% do risco atuarial e contingencial dos Planos de Benefício Definido (BD) e Misto, que em 31.12.2015 totalizou R\$669,5 milhões, calculados na forma da Del. CVM nº 695/2012.

Especificamente com relação ao plano BD, o Banco vem complementando, em cumprimento a demanda coletiva nº 00360-0000-000, mensalmente a folha de pagamento nos meses em que a CAPAF não dispuser da integralidade dos recursos financeiros, que no exercício importou em R\$35,7 milhões (R\$33,7 milhões em 2014).

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Com relação a essa ação ingressada pela Advocacia Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA), visando a rescindir decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do *déficit* atuarial da Capaf (única decisão judicial existente cuja determinação é a condenação do Banco ao pagamento do *déficit* atuarial da Capaf), permanece, ainda, em fase de instrução para posterior julgamento. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

13. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na forma da Circular do Banco Central nº 3.068/2001, no montante de R\$683,1 milhões, os quais representam 11,3% do total da carteira de títulos.

14. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Conforme dispõe a Instrução nº 381/2003, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no exercício de 2015, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2015



auditores externos foram procedimentos pré-acordados para revisões de informações, substancialmente, financeiras, fiscais e atuariais, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

No período, o Banco da Amazônia S.A. contratou a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$40 mil, que representam 2,95% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram de consultoria para implantação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores pela confiança depositada na Instituição durante o exercício de 2015. O apoio recebido foi essencial para que o Banco chegasse aos resultados auferidos, impulsionando os negócios, a cultura, o esporte, o respeito ao meio ambiente e as ações solidárias, permitindo o cumprimento de sua Missão como braço forte do Governo Federal para execução das políticas públicas como principal instituição financeira regional.

A Administração.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras
Nota 3 - Principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Nota 7 – Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Patrimônio líquido
Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 16 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 17 - Fundo de investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 18 - Fundo de desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 19 - Fundo constitucional de financiamento do norte (FNO)
Nota 20 - Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)
Nota 21 - Fundo da marinha mercante (FMM)
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros
Nota 23 - Partes relacionadas
Nota 24 - Benefícios a empregados
Nota 25 - Remuneração paga aos empregados
Nota 26 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 27 - Análise de sensibilidade
Nota 28 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 29 - Outras informações

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 19), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº 17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/07 e pela Lei nº11.941/09, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
 Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
 Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
 Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
 Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
 Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
 Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).
 Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 – produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016)

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2016.

2.1 Reclassificação de saldos contábeis

Alguns saldos das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente emitidas em 10 de fevereiro de 2015, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015.

As reclassificações realizadas foram em atendimento ao órgão regulador (Banco Central do Brasil) em decorrência da interpretação dada aos incisos X e XIV (§ 2º) do art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, que diz respeito à classificação dos Instrumentos Elegíveis à Capital Principal (IECP), por meio do Ofício nº 6.322/15 – BCB/Desup, de 29 de abril de 2015 (nota nº 13.d).

O Banco da Amazônia ajustou os saldos comparativos de 2014 para a apresentação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, com o objetivo de manter melhor comparabilidade. As reclassificações realizadas estão em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A seguir, apresentamos um resumo das demonstrações financeiras que tiveram reclassificações para uma melhor compreensão dos efeitos:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo Não Circulante	2.805.936	982.120	3.788.056
Outras Obrigações	1.895.245	982.120	2.877.365
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (a)	20.899	982.120	1.003.019
Patrimônio Líquido	2.693.712	(982.120)	1.711.592

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PL	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (a)	982.120	(982.120)	-
Patrimônio Líquido	2.693.712	(982.120)	1.711.592

FLUXO DE CAIXA	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido ajustado	685.787	(18.247)	667.540
Lucro Líquido do Exercício	186.319	(3.019)	183.300
Despesas de provisões para outros ativos atuariais	15.228	(15.228)	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	985.085	985.085
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.428.338)	(966.838)	(2.395.176)
Redução em Outras Obrigações	225.211	(982.066)	(756.855)
Redução em Outros Créditos	(71.720)	15.228	(56.492)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(60.009)	985.085	925.076

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Despesas de Oper. de Empréstimos e Repasses	(375.205)	(3.019)	(378.224)
Lucro Líquido do Exercício	186.319	(3.019)	183.300

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	186.319	(3.019)	183.300
Resultado Abrangente do Período	161.509	(3.019)	158.490

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros Retidos	115.140	(3.019)	112.121
Remuneração Capital Próprio	186.319	(3.019)	183.300

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para atendimento à interpretação dada pelo órgão regulador - Banco Central do Brasil – por meio do ofício citado anteriormente, com a finalidade de proporcionar informações mais relevantes relacionadas ao seguinte item:

- (a) Instrumentos Elegíveis à Capital Principal (IECP): Os saldos do patrimônio líquido foram reclassificados para a rubrica de Outras obrigações, conforme elucidado pela interpretação do Banco Central do Brasil, cuja natureza encontra-se na nota explicativa nº 13.d.

3. Principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data das demonstrações financeiras. Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares Bacen nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro, negociados na BM&FBovespa, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (*hedge* de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos ou passivos financeiros.

As operações de contrato futuro são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados parâmetros divulgados pela BM&FBovespa.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte de seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do *hedge*, a relação de proteção é terminada.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item de *hedge* estão divulgados na nota nº 6.b.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

m) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 24).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 15):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A Contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em virtude da alteração da alíquota, o Banco constituiu, em setembro de 2015, complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 15).

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R\$174.747 (R\$169.617 em 31.12.2014). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados (nota nº 8). O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

- A provisão para os passivos contingentes é ajustada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 29.c).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remoto não requerem provisão e nem divulgação.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (nota nº 29.c).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 29.d).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

p) Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015.

r) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007/2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

t) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 14.d). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	37.685	50.478
Disponibilidade em moeda nacional	32.223	40.011
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.462	10.467
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	309.995	337.998
Aplicações no mercado aberto	309.995	337.998
Total	347.680	388.476

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações no mercado aberto	309.995	337.998
Posição Bancada	309.995	337.998
Letras financeiras do tesouro	59.997	40.001
Letras do tesouro nacional	-	120.000
Notas do tesouro nacional	249.998	177.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	111.881	210.629
Certificados de depósitos interfinanceiros	148.148	246.896
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	421.876	548.627
Circulante	421.876	548.627
Não circulante	-	-

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$36.267 em 31 de dezembro de 2014), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no exercício R\$101.210 (R\$127.316 em 2014) e estão registradas como rendas de TVM.

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**a) Títulos e valores mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
Carteira própria – livres	5.929.476	6.455.433
Títulos Públicos	4.363.492	4.734.430
Letras Financeiras do Tesouro	3.595.770	3.425.895
Letras do Tesouro Nacional	31.594	999.867
Notas do Tesouro Nacional	444.010	10.267
Certificados Financeiros do Tesouro	292.118	298.315
Títulos da Dívida Agrária	-	86
Títulos Privados	1.565.984	1.721.003
Debêntures	664.945	694.510
Cotas de Fundos de Investimento	141.176	154.229
Letras Financeiras	759.863	862.700
Notas Promissórias	-	9.564
Vinculados a operações compromissadas	100.167	310.733
Títulos Públicos	100.167	310.733
Letras Financeiras do Tesouro	100.167	310.733
Vinculados a prestação de garantias	21.902	78.737
Títulos Públicos	21.902	78.737
Letras Financeiras do Tesouro	21.902	78.737
Total	6.051.545	6.844.903
Circulante	1.472.960	2.602.573
Não circulante	4.578.585	4.242.330

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 74,1% do total da Carteira (74,9% em 31.12.2014).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$18.718 (R\$77.979 em 31.12.2014) estão vinculados às câmaras de compensação, BM&FBovespa e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$3.184 (R\$758 em 31.12.2014) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários**a.1) Quanto ao vencimento**

						31.12.2015	
Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	TOTAL	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	782.126	-	-	-	782.126
Títulos Públicos	-	-	782.126	-	-	-	782.126
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	782.126	-	-	-	782.126
2-Títulos Disponíveis para venda	465.537	225.194	1.900.976	1.778.111	216.459	-	4.586.277
Títulos Públicos	-	-	1.154.417	1.651.128	214.748	-	3.020.293
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.154.417	1.566.548	214.748	-	2.935.713
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	31.594	-	-	31.594
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	52.986	-	-	52.986
Títulos Privados	465.537	225.194	746.559	126.983	1.711	-	1.565.984
Debêntures	-	78.661	468.741	115.832	1.711	-	664.945
Cotas Fundos de Invest.-FIDC ⁽²⁾	34.147	20.046	-	11.151	-	-	65.344
Cotas Fundos de Invest.-FI REF	75.832	-	-	-	-	-	75.832
Outros Títulos - LF/NP	355.558	126.487	277.818	-	-	-	759.863
3-Títulos Mantidos até o vencimento	103	-	302	9	470.788	211.940	683.142
Títulos Públicos	103	-	302	9	470.788	211.940	683.142
Notas do Tesouro Nacional	103	-	302	9	178.670	211.940	391.024
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	292.118	-	292.118
Outros títulos públicos - TDA	-	-	-	-	-	-	-
Total 31.12.2015	465.640	225.194	2.683.404	1.778.120	687.247	211.940	6.051.545
Total 31.12.2014	558.510	352.568	4.005.203	1.599.591	299.004	30.027	6.844.903

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão.

a.2) Quanto aos ajustes

	31.12.2015			31.12.2014		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	782.194	782.126	(68)	1.695.902	1.690.421	(5.481)
Letras Financeiras do Tesouro	782.194	782.126	(68)	690.698	690.554	(144)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	1.005.204	999.867	(5.337)
Disponíveis para venda	4.595.973	4.586.277	(9.696)	4.848.851	4.845.814	(3.037)
Letras Financeiras do Tesouro	2.936.494	2.935.713	(781)	3.126.506	3.124.811	(1.695)
Letras do Tesouro Nacional	34.868	31.594	(3.274)	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	55.925	52.986	(2.939)	-	-	-
Debêntures	666.839	664.945	(1.894)	695.175	694.510	(665)
Cotas Fundos Invest.-FIDC	66.030	65.344	(686)	63.037	62.351	(686)
Cotas Fundos Invest.-FI REF	75.954	75.832	(122)	91.878	91.878	-
Outros Títulos Privados - LF	759.863	759.863	-	872.255	872.264	9
Mantidos até o vencimento	733.567	683.142	(50.425)	308.668	308.668	-
Notas do Tesouro Nacional	441.449	391.024	(50.425)	10.267	10.267	-
Certificados Financeiros do Tesouro	292.118	292.118	-	298.315	298.315	-
Outros títulos públicos - TDA	-	-	-	86	86	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$1.642 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$1.225 em 31.12.2014), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$686 (R\$686 em 31.12.2014) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$93.632 (R\$43.059 em 31.12.2014).

Do total das CFT's, o montante de R\$280.064 (R\$286.006 em 31.12.2014) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$41.837 (R\$40.657 em 31.12.2014).

No exercício de 2015, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

O resultado com TVM totalizou no exercício R\$880.607 (R\$728.729 em 2014).

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender às necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando metodologias estatísticas e simulação para mensurar os

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio, nos preços de ações e de *commodities*.

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como hedge de Risco de Mercado

Instrumento de Hedge	Ajuste a valor de mercado	
	31.12.2015	31.12.2014
Futuro de Juros (Vcto Jan/2019)	31.529	275.756
Total	31.529	275.756

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	2.962	64.120
Total	2.962	64.120

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Ajustes Financeiros Acumulados	(4.327)	50
Total	(4.327)	50

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.289.417	109.830	1.399.247	1.105.578	56.475	1.162.053
Títulos descontados	44.486	11.117	55.603	39.070	3.301	42.371
Financiamentos	1.440.691	39.416	1.480.107	1.181.785	12.435	1.194.220
Financiamentos rurais	976.944	22.918	999.862	792.619	9.231	801.850
Subtotal	3.751.538	183.281	3.934.819	3.119.052	81.442	3.200.494
Outros créditos	488	-	488	1.352	15	1.367
Diversos	488	-	488	1.352	15	1.367
Subtotal	3.752.026	183.281	3.935.307	3.120.404	81.457	3.201.861
Adiantamento sobre contrato de câmbio	42.012	-	42.012	24.136	4.765	28.901
TOTAL DA CARTEIRA (Provisões)	3.794.038	183.281	3.977.319	3.144.540	86.222	3.230.762
(Operações de crédito)	(90.723)	(87.412)	(178.135)	(41.943)	(36.973)	(78.916)
(Outros créditos)	-	-	-	(6)	-	(6)
(Câmbio)	(225)	-	(225)	(143)	(4.765)	(4.908)
TOTAL DAS PROVISÕES	(90.948)	(87.412)	(178.360)	(42.092)	(41.738)	(83.830)
TOTAL LÍQUIDO	3.703.090	95.869	3.798.959	3.102.448	44.484	3.146.932

Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.12.2015	31.12.2014
Setor Público	400.866	487.866
Administração direta	66.374	83.975
Administração indireta	-	194.378
Atividades empresariais	334.492	209.513
Setor Privado	3.576.453	2.742.896
Rural	1.000.570	802.261
Indústria	954.421	755.531
Comércio	810.209	684.751
Pessoas físicas	289.427	259.799
Serviços	521.826	240.554
TOTAL DA CARTEIRA	3.977.319	3.230.762

Concentração dos principais devedores:

31.12.2015	% da	31.12.2014	% da
------------	------	------------	------

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Carteira		Carteira	
10 maiores devedores	1.551.014	39,0	1.228.220	38,0
50 maiores devedores	1.049.366	26,4	794.886	24,6
100 maiores devedores	401.933	10,1	324.816	10,1
Demais devedores	975.006	24,5	882.840	27,3
Total	3.977.319	100,0	3.230.762	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

Operações vincendas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
AA	581.704	60.493	28.212	228.694	256.954	199.517	1.355.574
A	587.394	234.915	25.594	54.301	353.199	261.403	1.516.806
B	568.468	10.036	49.449	17.100	122.420	1.192	768.665
C	8.782	684	1.201	1.995	22.928	226	35.816
D	4.339	167	165	612	886	51.467	57.636
E	3.995	163	-	3.003	13.688	1.063	21.912
F	22.269	6	-	514	608	9	23.406
G	268	58	64	186	17	42	635
H	6.334	98	186	1.256	5.703	11	13.588
Total 31.12.2015	1.783.553	306.620	104.871	307.661	776.403	514.930	3.794.038
Total 31.12.2014	1.626.100	229.176	69.308	459.085	513.524	247.347	3.144.540

Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	30.956	7.770	-	-	-	-	38.726
C	3.336	14.221	5.089	929	-	-	23.575
D	805	2.470	16.157	1.602	-	-	21.034
E	440	260	2.069	7.978	1.548	-	12.295
F	160	808	754	7.859	211	-	9.792
G	42	65	67	6.237	1.022	-	7.433
H	521	741	3.159	4.849	58.702	2.454	70.426
Total 31.12.2015	36.260	26.335	27.295	29.454	61.483	2.454	183.281
Total 31.12.2014	21.648	13.289	9.076	12.945	23.498	5.766	86.222

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas, nos nove níveis de risco:

31.12.2015	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	1.355.574	1.327.717	595.614	59.391	78.670	34.207	33.198	8.068	84.014	3.576.453
Rural	738.756	162.250	29.604	32.047	2.751	15.682	2.461	190	16.829	1.000.570
Indústria	425.967	230.932	265.516	3.694	5.279	8.487	3.222	1.668	9.656	954.421
Comércio	91.075	376.231	242.655	11.435	11.379	3.733	24.591	3.091	46.019	810.209
Serviços	44.885	383.688	33.991	1.666	51.159	1.403	670	989	3.375	521.826
Pessoas físicas	54.891	174.616	23.848	10.549	8.102	4.902	2.254	2.130	8.135	289.427
Setor público	-	189.089	211.777	-	-	-	-	-	-	400.866
TOTAL DA CARTEIRA	1.355.574	1.516.806	807.391	59.391	78.670	34.207	33.198	8.068	84.014	3.977.319
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(7.277)	(8.381)	(1.782)	(18.043)	(10.262)	(16.599)	(5.648)	(84.013)	(152.005)
Provisão excedente	-	(16.680)	(7.682)	(977)	(264)	(488)	(172)	(92)	-	(26.355)
Provisão total	-	(23.957)	(16.063)	(2.759)	(18.307)	(10.750)	(16.771)	(5.740)	(84.013)	(178.360)
31.12.2014										
TOTAL DA CARTEIRA	997.398	1.475.811	592.502	34.444	67.673	7.967	4.383	5.103	45.481	3.230.762
Prov. requerida/constituída	-	(7.379)	(5.925)	(1.033)	(15.858)	(2.390)	(2.192)	(3.572)	(45.481)	(83.830)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

Não obstante a necessidade que os bancos têm de constituir a provisão regulatória, a Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, prevê a possibilidade de incremento de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão excedente

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) excedente, constituída pelo Banco, possui como objetivo amparar eventuais impactos na estrutura de seu capital e representa o montante necessário para a cobertura de variações nas estimativas de perdas esperadas da carteira de crédito, em situações que não são detectáveis, em sua totalidade, pelos modelos de classificação de risco utilizados para a apuração da Provisão Regulatória (Resolução CMN 2.682/1999) do Banco.

O montante de R\$26.355 foi definido a partir de critérios quantificáveis e verificáveis, considerando a variação interanual máxima da relação entre a provisão regulatória constituída e a carteira de crédito.

O Banco decidiu pela manutenção desta provisão, considerando os resultados de estudos estatísticos em função da evolução do cenário macroeconômico e do comportamento do ambiente de negócios.

Ainda com relação à constituição da provisão, um cliente enquadrado no nível "D" que responde pela titularidade de três operações, teve uma dessas operações agravada em função da análise de seu risco específico. Assim, o montante de provisão alocado no nível "D" é superior ao percentual mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para esta faixa de risco.

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldos no início do período	(83.830)	(84.660)
Provisões constituídas	(153.792)	(54.710)
Valores baixados para prejuízo	59.187	55.483
Reversões	75	57
Saldos no fim do período	(178.360)	(83.830)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$890.986 (R\$852.589 em 31.12.2014).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$15.586 (R\$34.351 em 2014).

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito no período:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Empréstimos	246.686	169.558
Títulos descontados	14.571	7.718
Financiamentos	205.571	116.531
Financiamentos rurais e agroindustriais	78.108	40.506
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.586	34.351
Rendas de créditos p/avais/fianças honradas	-	5
Total	560.522	368.669

Carteira de Crédito - Recuperações

	Exercício/2015	Exercício/2014
Operações Renegociadas	87.107	15.690
Carteira Comercial	31.240	7.234
Carteira de Fomento	55.867	8.456
Operações Recuperadas	15.586	34.351
Carteira Comercial	9.577	12.827
Carteira de Fomento	6.009	21.524

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	31.12.2015	31.12.2014
Carteira de câmbio	48.394	27.444
Rendas a receber	59.783	56.623
Negociação e intermediação de valores	77	19
Diversos	1.167.501	1.145.311
Crédito tributário (nota nº 15)	1.064.796	994.248
Títulos e créditos a receber	22.949	29.100

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capaf	174.747	169.617
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(174.747)	(169.617)
Tecnologia	21.705	21.705
Outros	1.244	7.395
Câmbio	-	4.765
Remuneração OGU	1.209	2.594
Diversos	35	36
Devedores por compra de valores e bens	487	1.368
Devedores por dep. em garantia (nota nº 29.d)	46.824	44.748
Recursos Fiscais	348	409
Recursos Trabalhistas	37.792	35.655
Recursos Cíveis	8.684	8.684
Devedores para apuração de responsabilidades	10.184	8.729
Impostos e contribuições a compensar	14	25
Pagamentos a ressarcir	11.576	18.235
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	2.415	6.050
Saque a ressarcir rede compartilhada	574	508
Equalização – STN/FDA	1.786	6.987
Suprimento 24 Horas	4.132	1.940
Rebates	1.387	1.361
Outros pagamentos	1.282	1.389
Devedores diversos	9.742	48.825
Adiantamentos para pagamentos	18	33
Adiantamentos e antecipações salariais	911	-
Provisão para outros créditos	(225)	(4.914)
Total	1.275.530	1.224.483
Circulante	295.284	339.005
Não circulante	980.246	885.478

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R\$174.747 (R\$169.617 em 31.12.2014), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2014) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato "Termo de acordo, composição e ajuste". Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente (nota nº 13.b).

Os valores da rubrica Outros incluem os títulos com características de concessão de crédito - operações desclassificadas de câmbio, fato não ocorrido neste período (R\$4.765 em 31.12.2014), o valor a receber da taxa de remuneração dos recursos do OGU no montante de R\$1.209 (R\$2.594 em 31.12.2014) e créditos a receber diversos no valor de R\$36 (R\$36 em 31.12.2014).

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$10.184 (R\$8.729 em 31.12.2014), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências. Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente, por envolver processo de apuração disciplinar que poderá resultar em sanções a empregados (nota nº 13.b).

9 Ativo Permanente

	31.12.2015	31.12.2014
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267
b) Imobilizado de uso		

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imóveis de uso	56.685	52.178
Terrenos	2.664	2.664
Edificações	54.021	49.514
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	193.532	179.332
Móveis e equipamentos em estoque	2.359	2.991
Imobilizações em curso	34.534	35.263
Instalações, móveis e equipamentos de uso	53.479	49.249
Instalações	3.677	2.182
Móveis e equipamentos de uso	49.802	47.067
Outras	103.160	91.829
Sistema de comunicação	1.223	1.331
Sistema de processamento de dados	97.021	85.538
Sistema de segurança	4.612	4.656
Sistema de transporte	304	304
(-) Depreciações acumuladas	(139.646)	(129.207)
Total	158.600	150.332
c) Intangível ⁽¹⁾		
Software desenvolvido e em desenvolvimento	208.132	185.969
(-) Amortização Acumulada	(92.393)	(77.182)
Total	115.739	108.787
TOTAL DO PERMANENTE	274.606	259.386

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo permanente no exercício está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2014	Adição (Inversões)	Baixa (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31.12.2015
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado em uso	150.332	25.674	(500)	(16.906)	158.600
Intangível	108.787	22.888	(625)	(15.311)	115.739
Total	259.386	48.562	(1.125)	(32.217)	274.606

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Limite para Imobilização	1.441.571	1.318.996
(-) Situação	(259.212)	(259.385)
Margem	1.182.359	1.059.611
Índice de imobilização	9,0%	9,8%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
----------------	---------------	-------------------	------------------------	------------------------

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

À Vista	650.074	-	-	650.074	736.098
Poupança	548.738	-	-	548.738	586.661
Interfinanceiros	-	15.495	1.985	17.480	22.830
A Prazo	1.086.808	525.932	248.682	1.861.422	1.847.440
A prazo	392.035	521.741	234.547	1.148.323	1.242.248
Judiciais com remuneração	41.601	-	-	41.601	37.861
Especiais com remuneração	653.172	4.191	14.135	671.498	567.331
Sudam	506.752	-	-	506.752	415.093
Finam	140.707	-	-	140.707	123.101
FAT	5.384	4.191	14.135	23.710	28.796
Outros	329	-	-	329	341
Total	2.285.572	541.427	250.667	3.077.714	3.193.029
Circulante				2.827.047	2.808.997
Não circulante				250.667	384.032

Depósitos especiais remunerados – Sudam é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$100.045 (R\$310.128 em 31.12.2014), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 13,8% (10,9% em 31.12.2014) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Despesas de captações com depósitos	(287.103)	(238.861)
A prazo	(145.736)	(123.119)
Poupança	(43.666)	(37.511)
Especiais	(78.276)	(68.822)
Interfinanceiros	(1.967)	(3.146)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(10.301)	-
Demais captações	(7.157)	(6.263)
Despesas de captações no mercado aberto	(13.943)	(15.106)
Carteira própria	(13.943)	(15.106)
Total	(301.046)	(253.967)

A partir de março/2015, o Banco disponibilizou nova modalidade de aplicação financeira em renda fixa, na forma de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), com remuneração dos valores mediante ofertas de taxas pré-fixadas ou flutuantes.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R\$46.939 (R\$37.268 em 31.12.2014), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,8% a.a. (1,2% a.a. em 31.12.2014) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	31.12.2015	31.12.2014
--	-------------------	-------------------

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES Finem	3,6	8	47.895	4,7	7	36.844
BNDES Industrial	6,7	18	284.096	7,1	11	276.630
BNDES Rural	2,3	9	45.025	3,0	5	21.787
BNDES Comércio	4,2	12	70.628	4,4	10	35.560
BNDES Serviços	6,8	9	15.904	6,9	8	6.080
Finep	1,5	3	1.693	1,5	12	940
Finame Industrial	2,0	7	42.882	1,6	7	33.287
Finame Rural	1,9	7	84.563	1,0	8	57.211
Finame Comércio	3,3	7	14.235	2,0	5	4.086
Finame Serviços	2,6	5	92.673	2,8	6	107.683
STN OGU	1,1	2	35.939	1,1	2	43.407
STN – Recoop	7,8	2	10	7,8	2	18
Total			735.543			623.533
Circulante			125.476			96.874
Não circulante			610.067			526.659

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 29.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	634	2.029	1.745	5.041	13.650	6.591	18.205	47.895
BNDES Industrial	2.158	3.968	1.465	13.964	37.843	34.810	189.888	284.096
BNDES Rural	531	5	187	4.040	19.263	7.852	13.147	45.025
BNDES Comércio	486	2.465	547	7.238	14.499	12.512	32.881	70.628
BNDES Serviços	70	540	153	1.456	3.814	3.814	6.057	15.904
Finep	26	117	78	346	584	542	-	1.693
Finame Industrial	439	1.075	1.223	3.900	13.874	11.319	11.052	42.882
Finame Rural	-	665	1.820	9.504	23.208	21.328	28.038	84.563
Finame Comércio	241	411	566	1.067	4.169	3.223	4.558	14.235
Finame Serviços	1.671	3.737	5.295	10.656	40.235	23.349	7.730	92.673
STN OGU	25.721	890	4.076	3.626	1.599	16	11	35.939
STN – Recoop	1	1	2	4	2	-	-	10
TOTAL 2015	31.978	15.903	17.157	60.842	172.740	125.356	311.567	735.543
TOTAL 2014	29.371	11.355	13.493	42.654	136.816	95.212	294.632	623.533

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$35.939 (R\$43.407 em 31.12.2014).

No período, foram repassados pelo Tesouro R\$3.525 (R\$11.729 em 2014). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No exercício, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$108 (R\$283 em 2014) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$2.237 (R\$1.957 em 2014).

13 Outras obrigações

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2015	31.12.2014
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 19)	1.539.271	2.706.868
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	259.453	151.252
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	127.270	81.827
Outros	78	78
Total	1.926.072	2.940.025
Circulante	1.681.488	2.794.206

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não circulante **244.584** **145.819**

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº19), não apresentando vencimento.

b) Outros saldos estão apresentados abaixo:

	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para passivos contingentes	1.849.590	1.661.572
Ações trabalhistas/Capaf (nota nº 29.c)	108.568	46.378
Ações cíveis (nota nº 29.c)	50.165	40.877
Demais provisões	1.690.857	1.574.317
Provisão – FNO (nota nº 19)	790.623	700.409
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 29.c)	29.126	8.370
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	116.578	96.210
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 24)	587.119	588.024
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 24)	132.311	150.160
Provisão para apuração de responsabilidade	10.184	8.736
Provisão Contrato TI	21.699	21.699
Provisão - FDA (nota nº 18)	2.862	355
Outras provisões operacionais	355	354
Obrigações por aquisição de bens e direitos	50.835	55.592
Provisão para pagamentos a efetuar	81.406	69.680
Obrigações por convênios oficiais	32.219	30.102
Cheque administrativo	26.120	11.109
Parcelas de operações de Crédito – Securitização	25.391	23.141
Levantamento de depósitos recursais	2.325	2.935
Demais	8.047	9.105
Total	2.075.933	1.863.236
Circulante	741.083	585.960
Não circulante	1.334.850	1.277.276

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. Encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2015, o montante corresponde a R\$137.193 (R\$118.529 em 31.12.2014).

c) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do exercício dos passivos atuariais:

	31.12.2015	31.12.2014
Fundo de pensão de benefício definido	401.709	380.885
Liquidadados (nota nº 24)	342.016	322.337
Assistidos (nota nº 24)	59.693	58.548
Outros	158.871	152.230
Auxílio saúde (nota nº 24)	158.871	152.230
Total	560.580	533.115
Circulante	50.824	90.127
Não circulante	509.756	442.988

d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999.

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em 2014, a monetização dos títulos, fechando o valor em R\$982.120, tendo o Bacen, em 05.01.2015, concedida autorização para a incorporação do valor ao Capital Principal, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, computado a partir das datas das monetizações, que ocorreram em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor do contrato é de R\$1.089.486 (R\$1.003.019 em 31.12.2014), desmembrado em Passivo Circulante – Outras Obrigações, o montante R\$85.559 referente a provisão quanto ao pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e no Passivo Não Circulante o valor de R\$999.999 correspondente ao principal.

14 Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2014) é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.12.2015	31.12.2014
De domiciliados no país	2.964.592.220	2.964.592.681
De domiciliados no exterior	4.542	4.081
Total	2.964.596.762	2.964.596.762

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	2.866.859.929	96,7%	2.866.859.979	96,7%
Administração direta - Ministério da Fazenda	1.511.944.349	51,0%	1.511.944.349	51,0%
Administração indireta	1.354.915.580	45,7%	1.354.915.630	45,7%
BB FGEDUC	1.045.923.130	35,2%	1.045.923.130	35,3
BB FGO-Fundo de Investimentos em ações	308.992.450	10,4%	308.992.500	10,4
Demais	97.736.833	3,3%	97.736.783	3,3%
Total	2.964.596.762	100,0%	2.964.596.762	100,0%

b) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$24.348 (R\$25.230 em 31.12.2014) referem-se às reavaliações de

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos. As realizações de reservas de reavaliação, no período, importaram em R\$882 (R\$944 em 31.12.2014), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

c) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

Em 09.04.2015, foi homologada pelo Bacen a incorporação ao Capital Social de 50% do saldo da Reserva Estatutária existente em 31.12.2013, autorizada pela Assembléia Geral Ordinária (AGO), em 09.12.2014, no valor de R\$403.583, sem alteração no número de ações, passando o Capital Social para R\$1.623.252.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.12.2015	31.12.2014
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	764.243	609.354
Legal	114.472	102.024
Estatutária	649.771	507.330

d) Lucro por ação

	31.12.2015	31.12.2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	248.968	183.300*
Quantidade de ações (em unidades)	2.964.596.762	2.964.596.762
Lucro por ação (R\$)	0,08398	0,06183
JCP por ação (R\$)	0,03203	0,02401

* Reclassificado

e) Destinação do lucro líquido

De acordo com o art. 64, inciso II, do Estatuto Social do Banco, a remuneração mínima devida ao acionista deve corresponder a vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado em cada exercício social.

A remuneração ao acionista, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), líquido de imposto de renda na fonte, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde a 40% do lucro líquido ajustado.

Do total de JCP do exercício, será deduzida a antecipação ocorrida em (13 de novembro de 2015), no valor de R\$25.454, devidamente atualizada pela variação da Selic, desde a data colocada a disposição até 31 de dezembro de 2015. A atualização importou em R\$445.

A destinação do lucro está demonstrada a seguir, contemplando o que determina o art. 64, do Estatuto Social do Banco:

	31.12.2015	31.12.2014
Lucro líquido	248.968	183.300*
Reserva legal (5% s/lucro líquido)	(12.448)	(9.316)
Saldo após a reserva legal	236.520	173.984*
Realização da reserva de reavaliação	882	944
Base de cálculo para distribuição	237.402	174.928*
JCP/Dividendos (40% da base de cálculo)	(94.961)	(71.179)
Reserva estatutária	142.441	103.749

* Reclassificado

15 Imposto de renda e contribuição social**a) Provisões constituídas**

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.12.2015		31.12.2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	533.631	533.631	298.351	298.351
Participações Estatutárias	(23.720)	(23.720)	(17.742)	(17.742)
Juros sobre Capital Próprio	(94.961)	(94.961)	(71.179)	(71.179)
Instrumentos Elegíveis	(85.666)	(85.666)	(3.019)	(3.019)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	329.284	329.284	206.411	206.411
Adições líquidas caráter permanente	24.323	24.508	11.999	12.121
Adições líquidas caráter temporário	340.977	340.977	241.945	241.945
Lucro tributável antes compensações	694.584	694.769	460.355	460.477
Lucro tributável antes compensações-até agosto/2015	-	729.020	-	-
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	104.188	109.353	69.053	69.072
Lucro tributável antes das compensações- set a dez/2015	-	(34.252)	-	-
Alíquota a partir de setembro/2015	-	20%	-	-
Valores devidos pela nova alíquota	-	(6.850)	-	-
Adicional de Imposto de Renda (10%)	69.434	-	46.012	-
Incentivos	(5.198)	-	(3.457)	-
Valores devidos	168.424	102.503	111.608	69.072
Realiz.Res.Reav.e Diferido s/ MTM	991	564	(1.831)	(1.099)
Valores registrados em resultado antes ativação	169.415	103.067	109.777	67.973
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(44.740)	(52.465)	(52.163)	(31.297)
Valores efetivamente registrados no resultado	124.675	50.602	57.614	36.676
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	37,9	15,4	27,9	17,8

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No presente exercício, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	31.12.2014	Constituição	Realização	31.12.2015
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	46.378	86.049	(23.859)	108.568
Provisão para Risco de Crédito-Banco	169.029	153.792	(72.429)	250.392
Provisão para Risco de Crédito-FNO	983.030	214.471	(238.727)	958.774
Auxílio pós-emprego	342.354	53.202	(51.665)	343.891
Auxílio pós-emprego – Del 695	100.037	25.902	(40.289)	85.650
Planos Saldados	479.247	80.333	(142.819)	416.761
Provisão Caixa de Previdência	169.617	5.480	(350)	174.747
Provisão para Operações SEC I	96.210	20.368	-	116.578
Outras Provisões	102.355	43.745	(22.988)	123.112
Base de Cálculo	2.488.257	683.342	(593.126)	2.578.473

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de Renda Diferido (25%)	622.064	170.836	(148.282)	644.618
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	46.378	86.049	(23.859)	108.568
Provisão para Risco de Crédito-Banco	169.029	153.792	(72.429)	250.392
Provisão para Risco de Crédito-FNO	983.030	214.471	(238.727)	958.774
Auxílio pós-emprego	342.354	53.202	(51.665)	343.891
Auxílio pós-emprego – Del 695	100.037	25.902	(40.289)	85.650
Planos Saldados	479.247	80.333	(142.819)	416.761
Provisão Caixa de Previdência	169.617	5.480	(350)	174.747
Provisão para Operações SEC I	96.210	20.368	-	116.578
Outras Provisões	95.322	43.745	(22.988)	116.079
Base de Cálculo	2.481.223	683.342	(593.126)	2.571.439
Contribuição Social Diferida (15%)	372.184	102.501	(88.969)	385.716
Contribuição Social Diferida (5%)		53.359	(18.897)	34.462
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	994.248	326.696	(256.148)	1.064.796

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

Com a edição da Lei 13.169, de 06.10.2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições do sistema financeiro foi elevada de 15% para 20%, para o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018.

Conseqüentemente, e, em cumprimento à legislação que rege o assunto, parágrafo §2º do art. 1º da Circular BACEN nº 3.171/2002, o Banco ajustou seu crédito tributário ativado em R\$48.772, sendo R\$36.223 com impacto positivo no resultado e R\$12.549, no Patrimônio líquido, com base em estudo técnico e análise realizados pela Administração, conforme Lei 13.169/2015.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2015, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	2016	2017	2018	2019	2020	De 2021 a 2025	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	93.954	113.884	62.131	56.868	56.423	261.358	644.618
Crédito Tributário de C. Social	75.164	91.107	49.705	34.121	33.854	155.760	439.711
Total – Valores Nominais	169.118	204.991	111.836	90.988	90.277	417.118	1.084.329
Taxa média de captação a.a (%)	14,60	13,90	12,18	11,22	10,37	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	147.572	157.081	76.391	55.856	50.238	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do exercício, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$215.993 (R\$149.021 em 31.12.2014). No total de 2015, está incluído o valor de R\$121.068 (R\$103.575 em 31.12.2014) relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das contas de resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	Exercício/2015	Exercício/2014
Administração de fundos e programas	635.675	437.159

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

FNO (nota nº 19)	626.150	421.709
Art 19 da lei 8.167/91	477	3.564
Finam (nota nº 17)	6.397	9.846
FDA (nota nº 18)	405	74
Demais rendas	2.246	1.966
Outros serviços	30.203	21.381
Demais rendas	30.203	21.381
Sub-total	665.878	458.540
Rendas de tarifas bancárias	107.838	114.738
Pessoa física	50.371	38.810
Pessoa jurídica	57.467	75.928
Total	773.716	573.278

b) Despesas de pessoal

	Exercício/2015	Exercício/2014
Honorários	(4.671)	(4.077)
Benefícios	(60.333)	(55.951)
Encargos sociais	(125.468)	(108.972)
Proventos	(366.336)	(274.848)
Treinamento	(5.219)	(5.983)
Remuneração de estagiários	(6.745)	(6.154)
Total	(568.772)	(455.985)

c) Outras despesas administrativas

	Exercício/2015	Exercício/2014
Água, energia e gás	(11.722)	(9.163)
Aluguéis	(12.123)	(10.969)
Processamento de dados	(41.889)	(48.297)
Comunicações	(31.212)	(30.370)
Manutenção e conservação de bens	(10.875)	(9.470)
Material	(1.095)	(1.177)
Serviços de terceiros	(22.567)	(19.169)
Vigilância e segurança	(27.081)	(23.838)
Serviços do sistema financeiro	(18.056)	(15.974)
Promoções e relações públicas	(6.678)	(6.017)
Propaganda e publicidade	(6.845)	(6.853)
Publicações oficiais	(1.819)	(2.339)
Serviços técnicos especializados	(17.304)	(8.785)
Transporte	(18.828)	(17.281)
Viagens	(6.542)	(6.903)
Depreciação	(16.905)	(14.876)
Amortização	(15.311)	(14.527)
Demais despesas administrativas	(5.184)	(4.735)
Total	(272.036)	(250.743)

d) Despesas tributárias

Exercício/2015	Exercício/2014
-----------------------	-----------------------

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ISS	(6.369)	(5.575)
Cofins	(80.992)	(60.332)
PIS/Pasep	(13.162)	(9.804)
Demais tributos	(3.337)	(2.333)
Total	(103.860)	(78.044)

e) Outras receitas e despesas operacionais**Outras receitas operacionais**

	Exercício/2015	Exercício/2014
Del credere – FNO (nota nº 19)	509.005	415.649
Demais rendas operacionais	149.162	160.847
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	118.762	100.425
Rendas de Del credere – FDA	6.066	6.224
Receita de variação de taxas do FMM	-	14.898
Receita de variação de taxa de câmbio	8.818	4.738
Recuperação de encargos e despesas	6.372	7.135
Rendas sobre depósito compulsório	2.708	6.976
Reversão outras provisões operacionais	63	2.914
Multas – operações de crédito geral	3.245	2.601
Remuneração - equalização MPO/STN	1.799	12.485
Demais receitas	1.329	2.451
Total	658.167	576.496

Outras despesas operacionais

	Exercício/2015	Exercício/2014
Despesas de provisão–FNO (nota nº 19)	(284.648)	(251.827)
Despesas de provisão–FDA (nota nº 18)	(2.698)	(1)
Atualização de benefícios pós-emprego	(67.721)	(58.645)
Despesas de perdas operacionais	(4.855)	(4.952)
Despesas de fundos de investimento	(26.876)	(8.059)
Despesas de variação taxa câmbio	(2.973)	(5.671)
Passivos judiciais e legais	(22.520)	(19.203)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(20.368)	(16.578)
Desp.pós-emprego–assist/aux.saúde	(25.795)	(19.663)
Provisão ativos atuariais - Capaf	(5.480)	(15.228)
Atualização de Planos Saldados	(123.047)	(85.247)
Despesas com TVM	(172)	(736)
Despesas de variação de taxa FMM	(4.076)	(7.481)
Multas - Órgãos Oficiais	(2.129)	-
Outras Despesas Diversas - NTN	(1.209)	-
Demais despesas operacionais	(3.870)	(4.104)
Total	(598.437)	(497.395)

f) Resultado não operacional

	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas não operacionais	4.509	8.362
Lucros em transações com valores e bens	185	151
Outras receitas não operacionais	4.324	8.211
Reversão de outras provisões não operacionais	2.045	1.301
Ganhos de capital	560	853

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rendas de aluguel	29	19
Contrato mediação	-	3.117
Dividendos recebidos	781	720
Outras rendas não operacionais	909	2.201
Despesas não operacionais	(186)	(869)
Prejuízos em transações com valores e bens	(3)	(1)
Despesas de provisão não operacional	-	(506)
Perdas de capital	(37)	(26)
Outras Despesas não operacionais	(146)	(363)
Total	4.323	7.493

17. Fundo de investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No exercício, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$6.397 (R\$9.846 em 2014).

18. Fundo de desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infra-estrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

No exercício, foi liberado o montante de R\$25.716 (R\$25.840 em 2014), tendo o Banco recebido de taxa de administração R\$405 (R\$74 em 2014).

Quanto ao risco, a provisão é de R\$2.862 (R\$355 em 31.12.2014), registrado em passivos contingentes.

A obrigação junto ao FDA, na nova modalidade que passou a vigorar no final de 2013, em que as operações liberadas passaram a ser com risco integral do Banco, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$127.270 (R\$81.826 em 31.12.2014).

19. Fundo constitucional de financiamento do norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Taxa de administração	626.150	421.709
Del-credere	509.005	415.649
Recuperação de operações	118.762	100.425
Remuneração do disponível	(220.527)	(309.559)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(284.648)	(251.827)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente.

No exercício foi contabilizada como receita o montante de R\$107.030, referente a taxa de administração sobre as

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações do FNO –PRONAF, risco compartilhado, estabelecida pela Resolução CMN nº 4.213, de 30 de abril de 2013. O registro ocorreu após a manifestação do Órgão Gestor do FNO, que validou os cálculos realizados pelo Banco, fato que ocorreu em 03 de junho de 2015, através do Ofício nº 306/DFRP/SFRI/MI.

O *Del-credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufere *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$115.760 (R\$93.727 em 2014) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica “Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”.

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta “Provisão para Passivos Contingentes”, cujo saldo acumulado é R\$790.623 (R\$700.409 em 31.12.2014) (nota nº 13.b).

No exercício, o Banco procedeu à baixa de R\$194.435 (R\$187.105 em 2014) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldo no início do exercício	2.706.868	3.439.502
Repasse do Tesouro Nacional	2.131.594	2.026.261
Remuneração das disponibilidades	220.527	309.559
Amortizações de operações de crédito	2.836.118	2.384.528
Liberações de operações de crédito	(5.221.523)	(4.618.142)
Despesas com taxa de administração	(625.136)	(418.667)
Despesas com <i>Del-credere</i>	(509.005)	(415.649)
Despesas de auditoria	(172)	(524)
Saldo no final do exercício	1.539.271	2.706.868

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

	31.12.2015			31.12.2014	
	Financiamentos	Provisão	Provisão Excedente	Financiamentos	Provisão
AA	5.518.849	-	-	4.283.725	-
A	7.920.330	(19.801)	(43.220)	7.328.889	(18.322)
B	2.563.990	(12.819)	(9.191)	1.586.744	(7.933)
C	663.935	(9.955)	(2.981)	477.551	(7.163)
D	456.492	(22.790)	(2.266)	289.487	(14.464)
E	128.332	(19.210)	(577)	99.384	(14.907)
F	123.592	(30.816)	(404)	62.855	(15.714)
G	141.146	(49.101)	(650)	93.489	(32.721)
H	1.147.140	(566.842)	-	1.178.616	(589.185)
TOTAL	18.663.806	(731.334)	(59.289)	15.400.740	(700.409)

Provisão excedente

No período, o Banco constituiu provisão excedente para as operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado, cujas informações quanto a metodologia e critérios constam na nota nº 7 – **Provisão excedente**. O total da provisão para essas operações foi de R\$59.289.

20. Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R\$7.007 (R\$7.822 em 2014), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	2015		2014	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	1.327	20.638	1.552	27.883
Proger urbano		1.327	-	1.552	-
Disponível	TMS	655	3.072	92	913
Proger urbano		655	-	92	-
Principal		5.025	-	6.178	-
Proger urbano		5.025	-	6.178	-
Total		7.007	23.710	7.822	28.796

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	2015		2014	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	4.402	18,6	2.118	7,4
De 31 a 90 dias	982	4,1	1.202	4,2
De 91 a 180 dias	1.450	6,1	1.784	6,2
De 181 a 360 dias	2.741	11,6	3.495	12,1
Mais de 1 ano	14.135	59,6	20.197	70,1
Total	23.710	100,0	28.796	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$22.529 (R\$29.896 em 31.12.2014).

21. Fundo da marinha mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$259.453 (R\$151.252 em 31.12.2014).

22. Fundos de investimento financeiro

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIF's e FAC's), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2015	31.12.2014
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	47.538	43.239
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	86	87
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	54	54
Fundo Amazônia Mix "2"	32	32
Fundo Amazônia Credit 90	6	6

23. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do banco são compostos conforme segue

	Exercício/2015	Exercício/2014
Diretoria	3.869	3.353
Honorários	3.249	2.536
Quarentena/Outros	-	366
Ajuda de Custo	210	242
Participação no Lucro	410	209
Conselho de Administração	234	235
Conselho Fiscal	169	165
Comitê de Auditoria	399	324
Total	4.671	4.077

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	2015	2014
Diretoria	35.545,38	42.486,06
Honorários	35.545,38	37.239,96
Quarentena/Outros	-	5.246,10
Conselho de Administração	3.434,48	3.309,28
Conselho Fiscal	3.386,92	3.164,48

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 24 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 17, 18, 19, 20 e 21.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no exercício está demonstrado a seguir:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas taxa administração(nota nº 16.a)	635.675	437.159
Receita <i>Del-credere</i> do FNO(nota nº 16.e)	509.005	415.649
Despesa c/ remuneração do disp. do FNO (nota nº 19)	(220.527)	(309.559)
Despesa prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 19)	(284.648)	(251.827)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas de contrib. patronal – Capaf (nota nº 24)	(12.527)	(10.628)
Atualiz. ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(216.563)	(163.554)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	23.710	28.796
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	735.543	623.533
Tesouro Nacional	35.949	43.425
BNDES	463.548	376.901
Finame	234.353	202.267
Finep	1.693	940
Outras Obrigações	1.925.994	2.939.947
FNO (notas nº 13 e 19)	1.539.271	2.706.868
FMM (notas nº 13 e 21)	259.453	151.252
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 18)	127.270	81.827
Total	2.685.247	3.592.276

24. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco a seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar e auxílio- saúde.

Atualmente, os planos de benefício de previdência complementar são: Benefício Definido (BD); Misto; Assistidos de Responsabilidade do Banco; Saldados e PrevAmazônia e são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf).

Os planos BD e Misto, por apresentarem déficit atuarial constante, em desacordo com a legislação, têm sido objeto de diversas medidas adotadas pela Administração do Banco na busca por seus respectivos equilíbrios.

Assim, no primeiro semestre de 2013 (retroativamente a 01 de janeiro de 2013), foram implantados os planos saldados que contemplaram a adesão de 52% dos participantes dos planos BD e Misto.

Mesmo com a permanência de 48% de participantes nos planos BD e no Misto, ambos liquidados pela Previc, em razão da situação deficitária (Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013). Entretanto, tal medida foi suspensa por decisão judicial.

Todos os benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente a cada trimestre, de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as provisões correspondentes.

a) Planos de aposentadoria e pensão**a.1) Planos saldados**

O valor inicial da obrigação em 2015, no montante de R\$738.184, é atualizado mensalmente, de acordo com a variação do INPC-IBGE e pela taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente, com revisão atuarial a cada ano para avaliar o valor objeto dos instrumentos contratuais assinados com a Capaf.

Esta nova obrigação referente aos planos saldados apresentou a seguinte movimentação:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor da Obrigação no início do período	738.184	711.723
(-) Remensuração dos contratos (nota nº 28)	(74.152)	-
Atualizações (nota nº 16.e)	123.047	85.247
(-) Valores Pagos	(67.649)	(58.786)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	719.430	738.184

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remensuração dos contratos dos planos saldados

De acordo com o disposto na cláusula 2ª. Parágrafo 1º., os valores dos contratos firmados entre o Banco e a CAPAF, devem ser atualizados mensalmente pela variação do INPC/IBGE e pela taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais dos planos de benefício fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) ou outra autoridade competente.

A taxa de juros real admitida nas projeções atuariais no momento em que foram firmados os contratos estava atrelada à legislação vigente à época, ou seja, à taxa fixada pelo CNPC, conforme Resolução CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012, tendo sido considerados os limites previstos na referida Resolução CNPC, ou seja, de 6% válidos para a avaliação de 31/12/2012, até 4,5% a partir da avaliação de 31/12/2018, correspondendo a uma redução gradativa de 0,25% ao ano.

A Resolução CNPC nº 9 de 2012, foi alterada pela Instrução PREVIC Nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, passando a ser obrigatória a utilização dos parâmetros ali estabelecidos para o encerramento do exercício de 2015. Em função da emissão desse novo normativo, foi procedida à reavaliação dos contratos de saldamento, o que ensejou em redução do valor de cada contrato.

Assim, a remensuração dos valores dos contratos se deu em decorrência apenas da alteração da legislação do órgão regulador de 2013 para 2015, caracterizando-se, portanto, ajuste atuarial.

Considerando que o ajuste dos contratos teve como origem a mudança de legislação, conforme justificado nos pareceres atuariais, o valor correspondente a esses ajustes está sendo reconhecido no Patrimônio Líquido – “Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial”, cujo impacto foi de R\$40.784, líquido dos impostos.

a.2) Prevamazônia

Juntamente com os “Planos Saldados”, foi implantado o PrevAmazônia, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Previc nº 585, de 05.08.2010. Este plano se caracteriza como de contribuição definida e foi oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e para os empregados da ativa que fizeram opção pelos “Planos Saldados”.

a.3) Planos BD e Misto

A situação deficitária do BD vem se refletindo nas demonstrações do Banco, em face do volume de provisões que foi registrado para cobrir os riscos com o referido plano.

No final do período, o déficit total do BD calculado na forma da Deliberação CVM nº 695/2012 importa em R\$669.453.

O resultado desta Instituição está sendo afetado pelo cumprimento de decisão do Judiciário que obriga o Banco a complementar mensalmente a folha de pagamento do plano BD que no exercício importou em R\$35.651 (R\$33.710 em 2014).

Ação TRT da 16ª Região (MA)

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nr. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.

A ação rescisória foi admitida a julgamento pelo relator que concedeu antecipação de tutela no sentido de suspender a tramitação da ação coletiva nr. 1164-2001-001-16-00-2, que encontrava-se em liquidação de sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos autos da rescisória.

Por fim, registramos que a rescisória tramita em fase de conhecimento e está pendente de julgamento.

O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor da Obrigação no início do período	322.337	321.686
Atualizações	55.330	34.361

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(-) Valores Pagos	(35.651)	(33.710)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	342.016	322.337

Impactos no Banco em relação aos Planos BD e Misto

Em 2015, foi revisada a provisão existente no Banco referente às ações impetradas pelos beneficiários desses planos, em razão das decisões judiciais virem sendo cumpridas pelo Banco, especialmente no BD, face a exaustão dos recursos financeiros daquele plano.

Na ocasião, a provisão foi ajustada em R\$46.282, correspondendo a 270 processos classificados como “provável”.

a.4) Assistidos

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981. Parte desses beneficiários aderiu ao plano salgado, passando a compor o quadro de Benefício Saldado.

a.5) Auxílio Saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

b) Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	Exercício/2015	Exercício/2014
Liquidados - BD e Misto	(3.629)	(3.421)
Prev-amazônia	(8.898)	(7.207)
Total	(12.527)	(10.628)

c) Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	31.12.2015	31.12.2014
Saldados	719.430	738.184
Liquidados	342.016	322.337
Assistidos	59.693	58.548
Auxílio Saúde	158.871	152.230

d) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio Saúde (%)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	12,9	10,8	12,8	10,4	12,8	10,8
Projeção de aumentos salariais	5,7	5,6	N/A	N/A	5,6	5,5
Projeção de aumentos reais benefícios	5,1	4,5	5,1	4,5	-	-
Taxa de inflação	5,1	4,5	5,1	4,5	5,1	4,5
Expectativa de retorno ativos do plano	12,9	10,7	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Planos BD		Planos Misto		Assistidos		Auxílio Saúde	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Taxa de rotatividade	2,0%	2,0%	2,0%	1,6%	2,0%	2,0%	1,0%	2,0%
Tábua de mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*	AT-2000M&F*
Tábua mortalidade/sobrevivência-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas	A. Vindas	A. Vindas	A. Vindas	A. Vindas	A. Vindas	A. Vindas	A. Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

* suavizada em 10%.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo de serviço	(292)	(246)
Custo de juros líquidos	(34.097)	(28.459)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(34.389)	(28.705)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	1.516	1.896
Ganhos e Perdas sobre o ativo	27.402	77.143
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(15.234)	(49.325)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	13.684	29.714
Total dos componentes de benefício definido	(20.705)	1.009

	Plano Misto	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo do serviço	(3)	(3)
Custo de juros líquidos	(583)	1.015
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(586)	1.012
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	(2.643)	1.965
Ganhos e Perdas sobre o passivo	1.350	(7.395)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(1.293)	(5.431)
Total dos componentes de benefício definido	(1.879)	(4.419)

	Assistidos pelo Banco	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(6.066)	(4.984)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(6.066)	(4.984)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(4.426)	(25.451)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(4.426)	(25.451)
Total dos componentes de benefício definido	(10.492)	(30.435)

	Auxílio Saúde	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo de serviço corrente líquido	(3.273)	(2.837)
Custo de juros líquidos	(16.456)	(11.771)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(19.729)	(14.608)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	4.638	(35.325)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	4.638	(35.325)
Total dos componentes de benefício definido	(15.091)	(49.933)

f) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD	
	2015	2014
(Passivo)/ativo reconhecido no início do exercício	(316.893)	(320.623)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.872	2.720
Provisão para planos de benefício definido	(34.389)	(28.705)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	13.684	29.715
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	(334.726)	(316.893)
Plano Misto		
	2015	2014
Passivo reconhecido no início do exercício	(5.444)	(1.063)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	34	38
Provisão para planos de benefício definido	(586)	1.012
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.294)	(5.431)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	(7.290)	(5.444)
Assistidos pelo Banco		
	2015	2014
(Passivo)/ativo reconhecido no início do exercício	(58.548)	(35.821)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	9.347	7.708
Provisão para planos de benefício definido	(6.066)	(4.984)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(4.426)	(25.451)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	(59.693)	(58.548)
Auxílio Saúde		
	2015	2014
(Passivo)/ativo reconhecido no início do exercício	(157.120)	(114.293)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	8.450	7.106
Provisão para planos de benefício definido	(19.730)	(14.608)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	4.638	(35.325)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	(163.762)	(157.120)
g) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial		
Plano BD		
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	(472.769)	(361.072)
Benefícios pagos pelo plano	43.065	33.187
Custo do serviço corrente	(584)	(491)
Custo de juros	(50.870)	(45.743)
Remensurações de perdas atuariais	(30.467)	(98.650)
Decorrentes de ajuste de experiência	(80.450)	374.119
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	49.983	(472.769)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	(511.625)	(472.769)
Plano Misto		
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	(47.790)	(34.249)
Benefícios pagos pelo plano	1.193	6.408
Custo de juros/serviço corrente	(5.124)	(5.158)
Remensurações de Perdas atuariais	2.699	(14.791)
Decorrentes de ajuste de experiência	(2.525)	(13.036)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	5.224	(1.755)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	(49.022)	(47.790)
Assistidos pelo Banco		
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	(58.548)	(35.821)
Benefícios pagos pelo plano	9.347	7.708
Custo de juros	(6.066)	(4.984)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(4.426)	(25.451)
Decorrentes de ajuste de experiência	(9.252)	(25.451)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	4.826	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	(59.693)	(58.548)
Auxílio Saúde		
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	(152.230)	(106.371)
Benefícios pagos pelo plano	8.450	7.106
Custo do serviço corrente	(3.273)	(2.838)
Custo de juros	(16.456)	(11.771)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	4.638	(38.356)
Decorrentes de ajuste de experiência	(20.753)	(32.294)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	25.391	(6.062)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	(158.871)	(152.230)

Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(520.049)	(503.598)	(519.860)	(503.635)	(511.626)
Valor justo dos ativos do plano	(157.827)	(157.827)	(157.827)	(157.827)	(157.827)
Superávit/(déficit) do plano	(677.876)	(661.425)	(677.687)	(661.462)	(669.453)
Variação na obrigação atuarial	1,6%	(1,6)%	1,6%	(1,6)%	-
Variação no superávit/(déficit)	1,3%	(1,2)%	1,2%	(1,2)%	-
	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(49.764)	(48.314)	(49.851)	(48.219)	(49.022)
Valor justo dos ativos do plano	34.443	34.443	34.443	34.443	34.443
Superávit/(déficit) do plano	(15.321)	(13.871)	(15.408)	(13.776)	(14.579)
Variação na obrigação atuarial	1,5%	(1,4)%	1,7%	(1,6)%	-
Variação no superávit/(déficit)	5,1%	(4,9)%	5,7%	(5,5)%	-
	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(61.369)	(58.117)	(60.355)	(59.045)	(59.693)
Superávit/(déficit) do plano	(61.369)	(58.117)	(60.355)	(59.045)	(59.693)
Variação na obrigação atuarial	2,8%	(2,6)%	1,1%	(1,1)%	-
Variação no superávit/(déficit)	2,8%	(2,6)%	1,1%	(1,1)%	-
	Auxílio Saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	+0,25	-0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(166.321)	(161.745)	(168.504)	(159.841)	158.871
Superávit/ (déficit) do plano	(166.321)	(161.745)	(168.504)	(159.841)	158.871

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Varição na obrigação atuarial	4,7%	1,8%	6,1%	0,6%	-
Varição no superávit/ (déficit)	4,7%	1,8%	6,1%	0,6%	-

Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD		Plano Misto	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	(329)	(58)	(3)	(2)
Montantes de Custo de juros líquidos	(43.212)	(8.139)	(941)	(2.716)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(43.541)	(8.197)	(944)	(2.718)
Montantes esperados per. seguinte–Normais	3.019	2.790	36	71
Total dos pagtos esperados para o plano	3.019	2.790	36	71

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	-	-	(3.695)	(3.255)
Montantes de Custo de juros líquidos	(7.650)	(1.632)	(20.443)	(66.421)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(7.650)	(1.632)	(24.138)	(69.676)
Montantes esperados per. seguinte –Normais	9.827	7.939	8.883	10.714
Total dos pagtos esperados para o plano	9.827	7.939	8.883	10.714

Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da Duration de cada plano.

25. Remuneração paga aos Empregados**a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)**

	2015	2014
Menor Salário	2.145,46	1.950,42
Maior Salário	22.481,70	20.437,91
Salário médio	6.775,85	5.884,36

Neste exercício, o número de funcionários do Banco totalizava 3.195 (3.152 em 31.12.2014).

26. Processo de gerenciamento de riscos

A gestão de Risco no Banco da Amazônia compreende o processo de mediação e controle dos riscos presentes em suas atividades, identificando quais os principais riscos aos quais a Instituição está exposta e os mecanismos para seu acompanhamento e tratamento, com adoção de medidas para evitar, ou antecipar, os impactos ou efeitos dos possíveis riscos.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A Política do risco de liquidez estabelece os limites para os indicadores de disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos Corporativos.

A liquidez dos ativos do Banco fica evidenciada pelo saldo dos indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo que de acordo com os métodos de análise conservador e alternativo foram de R\$2,579 e R\$2,807 bilhões respectivamente, demonstrando assim disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2015, o volume de recursos alocados em títulos públicos na carteira de TVM foi de aproximadamente R\$4,647 bilhões, cerca de 74% do portfólio total de R\$ 6,292 bilhões. A maioria dos recursos aplicados em títulos públicos são compostos de Letras Financeiras do Tesouro, títulos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário, esses ativos correspondem a 77,8% do total de aplicações em papéis públicos.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Gestão do risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com maiores probabilidades de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". O apetite de risco da Instituição limita a realização de operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito.

Constituiu-se, no final do 1º semestre, provisão adicional para as operações de crédito, de caráter administrativo e prudencial, com base em modelo desenvolvido internamente, que foi definido a partir de critérios quantificáveis e verificáveis, considerando a variação interanual máxima da relação entre a provisão regulatória constituída e a carteira de crédito, gerando um acréscimo de provisão, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da instituição, submetido à auditoria independente e informado ao Banco Central.

No segundo semestre foram alteradas as regras para reclassificação de risco de operação objeto de renegociação administrativa, com a mudança no conceito de amortização significativa, tornando o processo de reclassificação de risco das operações renegociadas, mais dinâmico, gradual e condicionado à melhora da performance do cliente no pagamento do capital investido pelo Banco no empréstimo ou financiamento tomado.

No mesmo período foi aperfeiçoada a metodologia de definição do limite de participação em projetos de investimento lastreados por recursos de fomento.

c) Gestão do risco de mercado

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão do Risco de Mercado definida pelo Banco estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular Bacen nº 3.354/2007.

O *Value at Risk* (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

O resultado de VaR da carteira de TVM foi de aproximadamente R\$5.217 (R\$4.488 em 31.12.2014). O risco de mercado do Banco é considerado baixo, quando relacionado ao total da carteira e também ao cenário econômico atual de elevada taxa de juros e de câmbio.

d) Risco Operacional

A Gestão consolidada do Risco Operacional permeia todos os níveis hierárquicos da instituição com seus respectivos papéis e responsabilidades, de modo a identificar e avaliar o risco operacional inerente aos produtos materiais, atividades, processos e sistema, a fim de assegurar que estejam com nível de risco aceitável.

Esta estrutura de gerenciamento contempla um conjunto de ferramentas em observância às boas práticas estabelecidas na Resolução Bacen nº 3.380/2006 e na Política de Risco Operacional e em sistema utilizado para armazenar o mapeamento de risco dos processos, calcular a alocação de capital e manter base dos eventos de perdas operacionais resultantes da deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, a fim de permitir uma avaliação quanto ao impacto e a probabilidade de ocorrências.

O processo de gestão de riscos utiliza a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT) e inclui as seguintes etapas: identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte à Alta Administração sobre a exposição a riscos e sobre os planos de ação para minimizar tal exposição.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios estabelece os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição.

Para apoiar a gestão de continuidade, o Banco possui planos de continuidade para manter previamente definidas as ações a serem tomadas em situações de interrupção de negócios, perdas, emergências ou crises. Apóia também a gestão o Grupo Gestor de Crise, que objetiva confirmar a natureza e extensão de um incidente que possa provocar uma crise, tomar controle da situação, acionar planos específicos à resposta de continuidade de negócios, com base nos planos, processos, procedimentos e recursos para ativação, operação, coordenação e comunicação de respostas a incidentes, até a finalização do evento.

e) Gestão de capital

O Gerenciamento de Capital do Banco da Amazônia tem por finalidade apoiar e manter o Capital da instituição em níveis adequados e compatíveis com planejamento estratégico, orçamento e política de risco da empresa.

Em consonância com o estabelecido pela Resolução CMN n.º 3988/2011, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento de capital alinhada com a natureza de suas operações, complexidade dos produtos e serviços, riscos a que está exposto de forma a manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital. A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar.

f) Índice de basileia (limite operacional)

A partir de 01 de Janeiro de 2015, as instituições financeiras passaram a enviar mensalmente ao Bacen os documentos 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados) e 2071 (informações de conglomerados financeiras e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados), conforme Circular 3.726/2014.

O cálculo para apuração do PR foi realizado em atendimento à Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.12.2015	31.12.2014
	Financeiro	Financeiro

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Patrimônio de Referência (PR)	2.883.142	2.637.993
PR Nível I	2.883.142	2.637.993
Capital Principal	2.883.142	2.637.993
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	16.380.251	15.071.072
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	15.486.491	13.638.519
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	41.825	692.831
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	851.935	739.722
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	737.111	678.198
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	982.815	828.909
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.801.828	1.657.818
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	2.146.030	1.959.794
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.900.327	1.809.084
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	17,6%	17,5%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	17,6%	17,5%
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,6%	17,5%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

27. Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência a cotação do dólar e da taxa de juros DI/dia. O Sistema de Risco de Mercado está parametrizado para atribuir o mesmo nível de estresse (choque paralelo) aos demais fatores de risco que compõem o modelo.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº. 475/2008 e a criação de cenários é efetuada a partir de informações obtidas da BM&FBovespa, Anbima, Bacen etc e descritas a seguir:

Cenário 1: A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$3,90 e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,1% a.a.

Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$4,88, e a taxa DI de 1 ano no nível de 17,7% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$5,86 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 21,2% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		Dezembro/2015 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	177	2	4
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	3.645	89.432	164.262
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	(83)	(167)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	3.822	89.351	164.099
--------------	--------------	---------------	----------------

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31.12.2015. Os resultados dos três cenários demonstram que os fatores de risco que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços, seguidos das posições prefixadas. Sendo que o VaR de maior impacto, foi de R\$ 164 milhões correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Tais resultados ratificam o perfil conservador da Instituição que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixa variação no valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a pouco mais de 10% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

As operações de derivativos existentes na Carteira do Banco, não representam risco de mercado relevante, haja vista que essas posições foram originadas para realização de hedge de títulos públicos, Letras do Tesouro Nacional, com taxas prefixadas, cujo saldo em 31.12.2015 foi de aproximadamente R\$31,5 milhões.

28. Demonstração do resultado abrangente

	2015	2014
Lucro líquido do Período	248.968	183.300
Outros Resultados Abrangentes	84.436	(41.190)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	82.944	(42.764)
Próprios – TVM Ajuste	(5.594)	(3.009)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	14.386	(39.755)
Próprios – Planos Saldados	74.152	-
Realização da Reserva de Reavaliação	1.492	1.574
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	(24.995)	16.380
Sobre a marcação a mercado	2.188	1.200
Sobre a realização da reserva	(610)	(630)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(37.471)	15.810
Sobre os Planos Saldados	10.898	-
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	59.441	(24.810)
Resultado Abrangente do Período	308.409	158.490

29. Outras informações**a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	9.413.139	7.700.375
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	137.194	118.529
TOTAL	9.550.333	7.818.904

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$143.703 (R\$127.096 em 31.12.2014), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

Passivos cíveis, fiscais, trabalhistas e participantes Capaf– Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos homogêneos de ações, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício, foi procedida a revisão do estoque de causas judiciais envolvendo o Banco e a Capaf, o que originou ajuste na provisão no montante de R\$46.282 (nota nº 24.a.3).

Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2015, foram interpostas contra o Banco da Amazônia 997 ações (964 ações em 2014). O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$29.126, considerando estoque de ações ativas (R\$8.370 em 31.12.2014). No exercício, foram cumpridas 36 ações (66 ações em 2014) no valor de R\$6.105 (R\$8.840 em 2014).

A movimentação da provisão no período está abaixo especificada (nota nº 13.b):

	Saldo em 31.12.2014	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2015
Trabalhista (Indenizações)	46.378	109.138	(46.948)	108.568
Cível/Fiscal	40.877	22.536	(13.248)	50.165
Fundos de Investimento	8.370	26.876	(6.120)	29.126

A metodologia aplicada para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

d) Depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados (nota nº 8):

	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	37.792	35.655
Demandas Fiscais	348	409
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total	46.824	44.748

Finam

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Finam, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$15.215 (R\$27.152 em 31.12.2014), com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2015. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo relacionada à reserva matemática dos planos de benefícios liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº13, nº16 e nº24, o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$342.016 mil (R\$322.337 mil em 31 de dezembro de 2014), para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes da obrigação no respectivo plano de benefícios. O referido montante foi apurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº695/12, considerando a paridade contributiva de 50%, assumindo que os participantes teriam capacidade e condições de arcar com 50% da obrigação atuarial. Consequentemente, considerando o provisionamento parcial com base na paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas futuras que poderão ser requeridas, bem como sobre as movimentações líquidas positivas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 nas rubricas "Outros ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, no montante de R\$61.964 mil (movimentações negativas no montante de R\$23.714 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e na despesa com benefícios pós-emprego no montante de R\$67.721 mil, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$73.253 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e os respectivos créditos tributários constituídos sobre o montante dessa provisão em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$105.325 mil (R\$95.108 mil em 31 de dezembro de 2014).

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (temandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

Incertezas quanto às avaliações atuariais anuais dos contratos de saldamento dos planos de benefícios

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24, que evidencia que o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2015, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante de R\$719.430 mil (R\$738.184 mil em 31 de dezembro de 2014), decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. As liquidações financeiras da referida obrigação poderão ocorrer por valores diferentes daqueles consignados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, pelo fato de existir previsão contratual de reavaliações atuariais anuais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro dos pagamentos dos benefícios aos assistidos. Em função da referida previsão contratual, o banco em 31 de dezembro de 2015, conforme nota explicativa nº 24, efetuou a remensuração dessa estimativa, resultando na reversão do montante de R\$40.784.mil, líquido dos efeitos tributários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “base para opinião com ressalva” está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2016/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXERCÍCIO DE 2015.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Após análise do Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 23 de fevereiro de 2016, o Conselho Fiscal opina que com exceção dos assuntos apontados em relação à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária (AGO) do banco da Amazônia.

Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2016.

MARCELO SARAIVA CAVALCANTI
Presidente

PENHA MARIA BARROSO AGUIAR
Conselheira

JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO
Conselheiro

ROGÉRIO GABRIEL NOGALHA DE LIMA
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2015 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos. Quanto ao Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 23 de fevereiro de 2016, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução dos itens ressalvados.

Belém (PA), 23 de fevereiro de 2016.

Diretoria Executiva

Marivaldo Gonçalves de Melo
Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges
Diretor

Marco Aurelio de Queiroz Campos
Diretor

José Marques de Lima
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2015 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos. Quanto ao Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 23 de fevereiro de 2016, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução dos itens ressalvados.

Belém (PA), 23 de fevereiro de 2016.

Diretoria Executiva

Marivaldo Gonçalves de Melo
Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges
Diretor

Marco Aurelio de Queiroz Campos
Diretor

José Marques de Lima
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor